



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO ACRE  
GABINETE DO DEPUTADO EDUARDO RIBEIRO

**EDUARDO**★  
**RIBEIRO**

À SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS  
PARA SUA TRAMITAÇÃO  
Em 09/09/24  
Presidente

**PROJETO DE LEI Nº 137/2024**

Declara de utilidade pública a  
ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO  
ACRE - ADEPOL/AC.

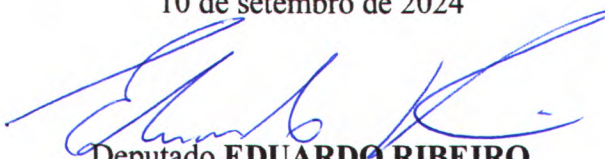
**O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE,**

**FAÇO SABER** que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta  
e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Delegados de  
Polícia Civil do Estado do Acre–ADEPOL/AC, instalada e domiciliada no município de  
Rio Branco - AC.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões “**Deputado Francisco Cartaxo**”  
10 de setembro de 2024

  
Deputado **EDUARDO RIBEIRO**  
Partido Social Democrático (PSD)



**Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado do Acre  
ADEPOL/AC**

---

Ofício ADEPOL/AC/nº 46/2024

Rio Branco/AC, 27 de agosto de 2024

Ao Excelentíssimo Senhor  
**EDUARDO AMBROS RIBEIRO**  
Deputado Estadual  
Vice-Líder do Governo

**Assunto:** Envio de documentação para fins de reconhecimento como entidade de utilidade pública.

Senhor Vice-Líder do Governo,

Com os cumprimentos de estilo, a Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado do Acre – ADEPOL/AC, Entidade Associativa, inscrita no CNPJ sob o nº 14.361.844/0001-72, vem, em atendimento à solicitação de Vossa Excelência, encaminhar, por meio deste ofício, a documentação necessária para o processo de reconhecimento como entidade de utilidade pública, conforme previsto na legislação vigente.

A documentação enviada inclui:

1. **Cópia do Estatuto Social** da Associação, devidamente registrado em cartório, acompanhada da **Ata de Eleição e Posse da Atual Diretoria**, também registrada em cartório;
2. **Relatório de Atividades** dos últimos 12 meses, demonstrando as ações e projetos realizados em prol da comunidade;
3. **Certidão Negativa** de Débitos junto à Fazenda Estadual;
4. **Comprovação de Inscrição e Regularidade** junto ao CNPJ;
5. **Declaração de não remuneração dos membros da Diretoria;**






**Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado do Acre**  
**ADEPOL/AC**

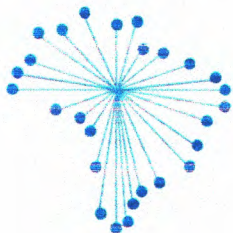
---

6. **Demais documentos pertinentes**, conforme orientação de Vossa Excelência.

Certos da atenção dispensada ao presente requerimento, renovamos os votos de estima e consideração, colocando-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

  
**Marcus José da Silva Cabral**  
Presidente da ADEPOL/AC



**Redesim - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios**

## **Consulta por CNPJ**

<b>Nome</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Situação Cadastral</b>	<b>UF</b>
ASSOCIACAO DOS DELEGADOS DE POLICIA CIVIL DO ESTADO DO ACRE	14.361.844/0001-72	Ativa	AC



	<b>GOVERNO DO ESTADO DO ACRE</b> <b>SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA</b> <b>Diretoria de Administração Tributária</b>	<b>Data Emissão: 26/08/2024</b>  <b>Hora Emissão: 13:13</b>
<b>CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO</b>		<b>Número: 839844</b>
<i>Ressalvado o direito da Fazenda Pública de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do interessado abaixo qualificado, que vierem a ser apuradas, certifico que não consta até esta data, nesta Unidade Fazendária, nenhum crédito fiscal relativo a tributos estaduais.</i> <div>(Arts. 123 a 126 da LC 413/2022)</div> <div>* Excetuados os créditos inscritos em Dívida Ativa</div>		
<b>Nome/Razão Social:</b> ASSOCIACAO DOS DELEGADOS DE POLICIA CIVIL DO ESTADO DO ACRE		
<b>Inscrição Estadual:</b>	<b>Identidade:</b>	
<b>CNPJ:</b> 14.361.844/0001-72	<b>CPF:</b>	
<b>Endereço:</b> QUADRA: 22 CASA 39, Nº 39 BAIRRO: FLORESTA, CEP: 69.906-370		
<b>Município:</b> RIO BRANCO	<b>Data da Impressão:</b> Segunda-feira, 26 de Agosto de 2024 , 13:13	
<b>Finalidade:</b> DESTINA-SE A TODOS OS FINS.	<b>Data de Validade: 24/10/2024</b>	
<b>Outras Informações:</b>		
<b>OBSERVAÇÕES</b>		
<div>* A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: <a href="http://www.sefaznet.ac.gov.br">www.sefaznet.ac.gov.br</a></div> <div>* Código de Autenticidade:3bfdb0a26d78d7d3</div> <div>* Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCMD)</div> <div>* Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.</div> <div>* Emitido pelo Portal Sefaz Online</div>		





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>14.361.844/0001-72</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>21/11/1988</b>
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DOS DELEGADOS DE POLICIA CIVIL DO ESTADO DO ACRE</b>
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ADEPOL/AC</b>	PORTE <b>DEMAIS</b>
--	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.12-0-99 - Outras atividades associativas profissionais</b>
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>
--

LOGRADOURO <b>CJ BELA VISTA</b>	NÚMERO <b>39</b>	COMPLEMENTO <b>QUADRA: 22;</b>
------------------------------------	---------------------	-----------------------------------

CEP <b>69.906-370</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>FLORESTA</b>	MUNICÍPIO <b>RIO BRANCO</b>	UF <b>AC</b>
--------------------------	------------------------------------	--------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>DENISEPINHO@GLOBO.COM</b>	TELEFONE <b>(68) 9229-3130/ (68) 8402-5081</b>
---	---

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **26/08/2024** às **19:52:48** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE**  
**Serventia de Registro de Distribuição da Comarca de Rio Branco**

**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL**

Em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) anteriores a data de 25/08/2024, CERTIFICAMOS que:

**NADA CONSTA** nas Comarcas informatizadas do Estado do Acre contra **Marcus José da Silva Cabral**, filho de Erasmo Martins Cabral e filho de Dilara Rodrigues da Silva Cabral, nascido aos 26/09/1978, ou vinculado ao **RG 289.302, CPF 632.704.122-15**.

---

**Observações:**

- a) A presente certidão abrange todas as competências criminais, inclusive da Justiça Militar Estadual, exceto as de execuções penais.
  - b) Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.
  - c) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (<http://www.tjac.jus.br/>), no item "Conferência de Certidão".
- 

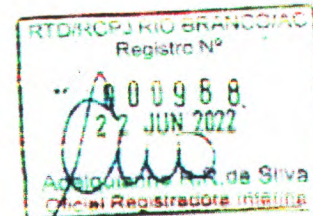
Rio Branco (AC), 26 de agosto de 2024.

**CERTIDÃO Nº:** 002360876  
0002360876  
**PEDIDO Nº:**



FOLHA: 1/1

Ilmo (a) Senhor (a)  
OFICIAL DE REGISTROS PÚBLICO DO  
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS  
JURÍDICA DA COMARCA DE RIO  
BRANCO/ACRE



A ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DO ACRE – ADEPOL/AC, com sede e foro jurídico nesta comarca, CNPJ: 14.361.844/0001-72, e-mail: adepolacre@gmail.com, localizada no Conjunto Bela Vista, Quadra 22, nº 39, Bairro Floresta, CEP 69.911-265, Rio Branco – Acre, vem através de seu representante legal, infra-assinado requerer de V. Sa., o registro/averbação do Ata de Aclamação e Posse, juntando para tanto os documentos exigidos por lei.

Foi informado pelo cartório acerca da desobediência para a convocação da Assembleia Geral de Eleição e Posse em conformidade com o caput e § 1º, do artigo 61 do Estatuto, ou seja, publicação no Diário Oficial do Estado e após a publicação, "abrir-se-á prazo de cinco dias corridos para o registro das chapas..." No entanto, não houve prejuízo algum para o processo eleitoral, haja vista que houve publicação interna e prazos suficientes para que todos os associados tomassem ciência da respectiva assembleia. Ademais, houve quórum suficiente. Por isso, isenta-se o Cartório de qualquer responsabilidade sobre o ato praticado.

Nestes termos.  
Pede deferimento

Rio Branco – AC, 02 de junho de 2022

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Marcus José da Silva Cabral".

Marcus José da Silva Cabral  
Presidente





# ENTREGA DE MEDALHAS



**Polícia Militar homenageia personalidades que contribuíram com o engrandecimento da instituição**

**C**omo forma de homenagem a personalidades civis e militares que contribuíram com o engrandecimento da Polícia Militar do Estado do Acre durante a pandemia de covid-19, a corporação conferiu, por uma entrega de medalhas, na noite de quinta-feira, 26, em reconhecimento aos excelentes serviços prestados nos últimos dois anos.

Na solenidade, que faz parte da programação comemorativa dos 100 anos de fundação da PIM acreana, foram concedidas as Medalhas da Ordem do Mérito Luiz Galvão, Barão do Rio

Branco, Coronel Fontenele de Castro, Plácido de Castro e filhos da Revolução

Um dos agraciados foi o governador Gláudson Carneiro, cuja gestão tem sido marcada por investimentos históricos na instituição, com destaque para a convocação de mais de 150 mil novos pacientes, valorização salarial, pagamento do Vácuo Temporário de Saúde, aumento do pagamento anual, reformas de quartéis e aquisição de estruturas e equipamentos.

Ta temo muito orgulho da  
nossa gloriosa Polícia Militar e  
de todos os guerreiros que fazem

parte dessa corporação. Como governadores, temos trabalhado muito para que essa instituição cresça cada vez mais e tenha as condições necessárias para servir e proteger a sociedade", declarou o chefe do Poder Executivo.

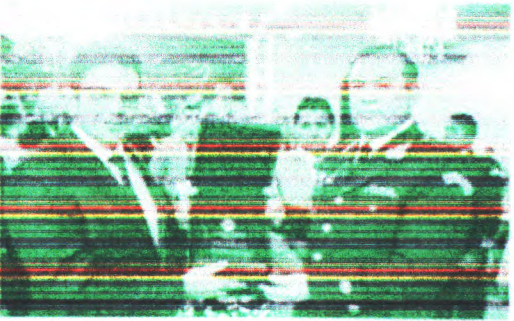
CONFERE ORIGIN

**Army Viciosa**  
"Um dia fui colega de colegas Michael Sales, Valdeir Santos e Auxiliar de Ca

declara que nos sentimos honrados com este reconhecimento à uma muita responsabilidade, conseguimos atender aquela ocorrência com êxito total. Isso só reforça o quanto a aviação no nosso estado é primordial para salvar vidas", afirmou.

De acordo com o comandante-geral, coronel Paulo César Campos, a entrega das medalhas é uma forma de prestigiar os membros da corporação, assim como as demais autoridades que colaboram com o sucesso da Polícia Militar.

A Polícia Militar tem muita grandeza aos seus policiais e demais autoridades, que tanto ajudam a nossa instituição. Este reconhecimento é uma prova do quanto eles são importantes para que possamos cumprir o nosso trabalho de manter a ordem e proteger a população açoana", pontua. (Wesley Moraes / Secomm)

[illegible]

**FORNITORE DI COMPOSIZIONI**  
 L'Espresso Music, l'unico giornale italiano dedicato ai musicisti, è l'unico a pubblicare le composizioni dei compositori più famosi del mondo. L'Espresso Music, l'unico giornale italiano dedicato ai musicisti, è l'unico a pubblicare le composizioni dei compositori più famosi del mondo. L'Espresso Music, l'unico giornale italiano dedicato ai musicisti, è l'unico a pubblicare le composizioni dei compositori più famosi del mondo.

ANTÔNIO SALOMÃO LAMAR NETO  
CPF:516.425.731-91

Forma pública que recebeu do Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC - a Licença de instalação e Operação - LIO, nº242/2021, com validade de 4 (quatro) Anos, para atividade de Extração Mineral de Areia em terra firme para uso exclusivo na fabricação de tijolos cerâmicos, num área de 8 (oito) hectares, localizada na Estrada Bairro Velho, nº152/3, Chacarra Linópolis, Distrito Industrial, para furo no município de Rio Branco - AC.

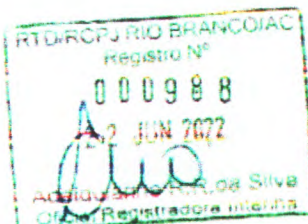
NAKAMEX COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE MADEIRA  
LTDA CNPJ: 45.701.001/0001-00

Foram pedidos aos requerentes do Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMA), a USGEM AMBIENTAL, UNICA - LULA, para a atividade de Armazenamento Temporário de Madeira em Toras em Palto Estreito, situada na Colônia São João do Aveiro, A Rodovia AC-90, Estrada Tietzevarai, Km 00, no Município de Rio Branco, Acre.

1. *Phragmites australis* (Cav.) Trin. ex Steud. is a common wetland plant in the coastal plain of the United States. It is a perennial grass with a thick, fibrous root system. The plant is characterized by its dense, upright growth habit and its ability to form large, monotypic stands. It is often found in brackish or saline environments, such as salt marshes and coastal wetlands. The plant is a major component of the wetland ecosystem, providing habitat for a variety of birds and other wildlife. It is also an important source of food for many invertebrates and small mammals. The plant is a member of the Poaceae family and is native to the coastal plain of the United States. It is a common sight in many wetland areas and is often used as a indicator of wetland health. The plant is a member of the Poaceae family and is native to the coastal plain of the United States. It is a common sight in many wetland areas and is often used as a indicator of wetland health.







Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado do Acre  
ADEPOL/AC  
CNPJ Nº 14.361.844/0001-72

Lista de Presença da Assembleia Geral Ordinária de Eleição e Posse da Diretoria Executiva, Conselho de Ética, Conselho Fiscal realizada no dia 31 de maio de 2022. Às 9h em primeira convocação no auditório do Hotel Villa Rio Branco Concept, localizado à Rua Cunha Matos, nº 393, bairro Seis de Agosto, Gameleira, Rio Branco - Acre e às 9h30min, em segunda convocação.

#	Nome	CPF:	Assinatura
01	RODRIGO HOLL COMARU	034.303.634-70	
02	MARCUS JOSE DA SILVA CAMARU	632.701.522-15	
03	ROBINHO DE OLIVEIRA LUSIM	934.416.931-20	
04	PEDRO H. RESENDE T. CAMPOS	004.999.741-66	
05	GEREMIAS FERREIRA DE ALMEIDA	575.438.952-34	
06	SELISSE GONCALVES MARTINS	02668267799	
07	EMYLSON FARIAS	412.613.482-49	
08	CARLA SUANE DE BUHAR	040.971.704-27	
09	JOSE MESSIAS RIBEIRO	035.805.472-91	
10	VINICIO L. DUARTE	930.521.461-49	
11	CRISTIANO FERREIRA DE BASTOS	967.566.082-34	
12	ALFINO FERREIRA DE SOUSA JUNIOR	592.330.892-04	
13	CLEYTON VIOLEIRA DOS SANTOS	577.950.882-87	
14	JAYLEN ROBERTO EVES	596.522.412-33	
15	LEONARDO RIBEIRO LIMA	056.228.336-67	
16	LUCAS PEREIRA SANTOS	068.413.241-38	
17	ALEX DE SOUZA CAVALCANTE	595.310.102-34	
18	FABRIZIO L. S. SOBRALIER	033.724.536-38	
19	RICARDO CR LOPES	614.335.192-91	
20	JUDSON BARBOSA	227.567.953-72	

CONFERE COM ORIGINAL

31/06/2022

ANAY VICTÓRIA MOREIRA

Auxiliar de Cartório







**Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado do Acre**  
**ADEPOL/AC**  
**CNPJ Nº 14.361.844/0001-72**

Lista de Presença da Assembleia Geral Ordinária de Eleição e Posse da Diretoria Executiva, Conselho de Ética, Conselho Fiscal realizada no dia 31 de maio de 2022. Às 9h em primeira convocação no auditório do Hotel Villa Rio Branco Concept, localizado à Rua Cunha Matos, nº 393, bairro Seis de Agosto, Gameleira, Rio Branco - Acre e às 9h30min, em segunda convocação.

21	<i>Denise Augusto Lucio</i>	<i>607-407-302-20</i>	<i>[Signature]</i>
22	<i>Bruno Lopes Oliveira</i>	<i>025.184.911-20</i>	<i>[Signature]</i>
23	<i>Danielo Leoncio</i>	<i>036.294.025-85</i>	<i>[Signature]</i>
24			
25			
26			
27			

**CONFERE COM ORIGINAL**

*22 / 06 / 2022*

*Ammy Victoria*

**Ammy Victoria Moreira**  
Auxiliar de Cartório





**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL  
EXTRAORDINÁRIA DA ADEPOL/AC PARA  
ACLAMAÇÃO E POSSE DE DIRETORIA.  
REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2022.**

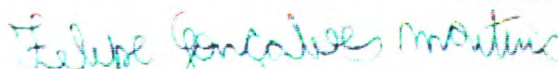
Às 9 (nove) horas do dia 31 (trinta e um) do mês de maio do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), foi realizada a primeira chamada da Assembleia Geral Extraordinária da Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado do Acre – ADEPOL/AC no auditório do Hotel Villa Rio Branco Concept, localizado à Rua Cunha Matos, nº 393, bairro Seis de Agosto, Gameleira, Rio Branco – Acre e às 9h30min, em segunda convocação foi oficialmente aberta a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ADEPOL/AC, CNPJ nº 14.361.844/0001-72. O Presidente da Comissão Eleitoral **FELIPE GONÇALVES MARTINS**, deu início aos trabalhos e passou a presidir a assembleia, convidando a mim **GEREMIAS FERREIRA DE OLIVEIRA** para secretariar os trabalhos. O horário em 2ª convocação informado na lista de presença e em ata não foi estabelecido no edital de convocação, no entanto, visto que não tinha sido atingido o quórum suficiente, foi decidido entre todos os presentes, aguardar o número de associados suficientes para iniciar a assembleia. Conforme rege o estatuto, foram obedecidos os quóruns de instalação e deliberação previstos para início da Assembleia. Ao dar início aos trabalhos o Presidente fez a leitura do Edital, apresentando à discussão da pauta. A seguir o Presidente colocou em discussão a única pauta dando início a eleição da nova Diretoria, Conselho de Ética e Conselho Fiscal, no qual foi inscrita apenas uma Chapa, denominada "Renovar para Avançar". O Presidente colocou em discussão a eleição, informando que por haver somente uma chapa, a eleição poderá ser por aclamação. Sendo a Chapa "Renovar para Avançar" eleita por unanimidade. A seguir o Presidente da mesa deu início à cerimônia de posse da Diretoria que ficará à frente da Associação na Gestão 2022/2025. Desta forma, que foi empossada a Diretoria, que entrará em exercício em 08 (oito) de junho de 2022 (dois mil e vinte e dois) com a seguinte Composição: **Presidente, Marcus José da Silva Cabral**, brasileiro, casado, Delegado de Polícia Civil, RG nº 0289302 SEPC/AC, CPF nº 632.704.122-15, residente na Av. Ecoville, Qd 06, casa 03, Condomínio Ecoville, BR 364, Floresta Sul, Rio Branco/AC, **Vice-Presidente, Danilo Cesar Borges Almeida**, brasileiro, casado Delegado de Polícia Civil, RG nº 920278060 SSP/BA, CPF nº 036 294 025-85, residente na Ac-40, km92, s/n, bairro Cidade Alta, Plácido de Castro/AC, **Secretário, Bruno Coelho Oliveira**, brasileiro, divorciado, Delegado de Polícia Civil, RG nº 5186723 SPTC/GO, CPF nº 025.184.911-20, residente na Rua Vitória, nº 330, Bairro Parque das Palmeiras, Rio Branco/AC, **Suplente de Secretário, Heverton Roberto Bandeira de Carvalho**, brasileiro, casado, Delegado de Polícia Civil, RG nº 413762 PC/AC, CPF 003.782.992-04, residente na Avenida Afonso Pena, nº 1550, Bairro Floresta, Cruzeiro do Sul/AC, **Tesoureiro, Dione dos Anjos Lucas**, brasileiro, casado, Delegado de Polícia Civil, RG nº 064000 PC/AC, CPF 667 407 382-20, residente na Rua dos Pioneiros, nº 1124, Centro, Acrelândia/AC, **Suplente de Tesoureiro, Judson Barros Pereira**, brasileiro, casado, Delegado de Polícia Civil, RG nº 551798 SSP/PI, CPF 227.567.953-72, residente na Estrada da Floresta, nº 1893, Condomínio Via Parque, Bloco Violeta 1, Apartamento 304, Bairro Floresta Sul, Rio Branco/AC, **Diretor de Prerrogativas, Pedro Henrique Resende Teixeira Campos**, brasileiro, casado, Delegado de Polícia Civil, RG nº 4438152 SPTC/GO, CPF nº 004.999.741-66, residente na Avenida Tucunaré, nº 411, Casa 0222, Condomínio Recanto

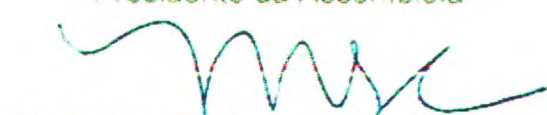


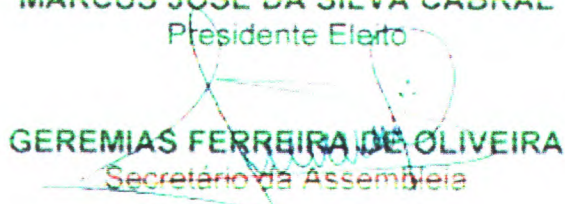


Verde, Bairro Portai da Amazônia, Rio Branco/AC, **Diretor de Aposentados, José Messias Ribeiro**, brasileiro, casado, Delegado de Polícia Civil aposentado, RG nº 46068 SSP/AC, CPF nº 035.805.472-91, residente na Rua Violeta, nº 99, Bairro Morada do Sol, Rio Branco/AC, **Presidente do Conselho de Ética, Rodrigo Noll Comaru**, brasileiro, convivente, Delegado de Polícia Civil, RG nº 1715587 SSP/AL, CPF nº 034.303.634-70, residente na Rua Almino Alves, nº 120, Bairro Nova Esperança, Rio Branco/AC, **Presidente do Conselho Fiscal, Railson Ferreira da Silva**, brasileiro, em união estável, Delegado de Polícia Civil, RG nº 405078 SEPC/AC, CPF nº 725.034.672-53, residente e domiciliado na Avenida Castelo Branco, s/n, Bairro Segundo Distrito, Feijó/AC. Nesse momento presidente empossado do Conselho Fiscal, conforme previsto em estatuto, nomeou **Saulo José Barbosa Macedo**, brasileiro, solteiro, Delegado de Polícia Civil, portador do RG 47066313-3 SSP-SP e CPF 001.313.472-84, residente e domiciliado à Rua Benjamin Constant, nº 1210, Apartamento 03, Centro, Tarauacá-AC e **Leonardo Ribeiro Lima**, brasileiro, casado, Delegado de Polícia, portador do RG nº 11521347 SSP/MG, e CPF nº 056.228.336-63, residente e domiciliado à BR 364, Condomínio Ecoville, Quadra 20, lote 12, bairro floresta Sul, Rio Branco-AC, para comporem o Conselho Fiscal. Seguindo as formalidades, o presidente empossado do Conselho de Ética, conforme previsto em estatuto, nomeou **Denise de Castro Pinho**, brasileira, divorciada, Delegada de Polícia, portadora do RG 126525 SEPC-AC, CPF 188.765.012-15, residente e domiciliada à Rua Pedro Gomes, nº 39, Conjunto Bela Vista, Rio Branco-AC e **Sônia Maria Nascimento Ribeiro da Silva**, brasileira, casada, Delegada de Polícia, portadora do RG 081333 SEPC-AC, CPF 197.641.972-72, residente e domiciliada à Rua Ponta Porã, nº 36, bairro José Augusto, Rio Branco-AC para comporem o Conselho de Ética da ADEPOL. Todos foram imediatamente empossados em seus respectivos cargos para a **Gestão 2022/2025 com exercício em 08/06/2022 à 07/06/2025**. Atestando a Presidente que os membros da Diretoria atendem aos requisitos para o presente mandato, não estando impedidos em razão de mandatos preexistentes ou qualquer outro vício que possa comprometer o presente pleito. A seguir, o Sr. Presidente recém eleito para presidir **Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado do Acre – ADEPOL/AC**, agradeceu a confiança dos demais associados, se dispôs a trabalhar em prol do engrandecimento da instituição. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente agradeceu e deu por encerrada a Assembleia, e Eu, **GEREMIAS FERREIRA DE OLIVEIRA**, secretariando os trabalhos, lavrei esta ata, assinando-a, e em seguida colhi as assinaturas do Presidente da mesa e Presidente empossado.

Rio Branco, 31 de maio de 2022.

  
**FELIPE GONÇALVES MARTINS**  
Presidente da Assembleia

  
**MARCUS JOSÉ DA SILVA CABRAL**  
Presidente Eleito

  
**GEREMIAS FERREIRA DE OLIVEIRA**  
Secretário da Assembleia





Tribunal de Justiça do Estado do Acre  
 25 - Registro de Títulos e Documentos e Registro  
 Civil das Pessoas Jurídicas de Rio Branco  
 Selo: A500007015 - Chave: 3C495 4C3

Data/Hora: 22/08/2022 08:31:41  
 Candy Vitoria Negreiros da Silva  
 valor Total: R\$ 87,60  
 Parcela: R\$ 2,89 - Fatura: R\$ 5,76  
 Consulte a autenticidade  
 pelo flocus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Acre  
 15. Registra de Títulos e Documentos e Registro  
 Civil das Pessoas Jurídicas de Rio Branco  
 Selo: A500007017 - Chave: D6D6A 4B2

Data/Hora: 22/08/2022 08:31:41  
 Gansly Vitoria Nogueira de Silva  
 Valor Total: R\$ 44,80  
 Receber R\$ 2,24 - Emiss: R\$ 4,48  
 Consulte a internet  
 pelo link: [br](http://br)

AL PRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO



**Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado do Acre - ADEPOL/AC**

**ILMO SR OFICIAL DE REGISTROS PUBLICOS DO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS DA  
COMARCA DE RIO BRANCO/AC**

A ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DO ACRE, entidade associativa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.361.844/0001-72, com sede e foro jurídico nessa comarca e endereço comercial no conjunto Bela Vista, Quadra 22, Rua Pedro Gomes, nº 39, Bairro Floresta, na cidade de Rio Branco, estado do Acre, CEP 69911395, e-mail, [adepolacre@gmail.com](mailto:adepolacre@gmail.com), vem através do seu representante legal, o senhor Pedro Henrique Resende Teixeira Campos, brasileiro, casado, capaz, Delegado de Polícia Civil, portador da cedula de identidade nº 4438152 SPTC/GO e CPF nº 004.999.741-66, residente e domiciliado à Av. Tucunaré, 411, Casa 0222, Condomínio Recanto Verde, Bairro Portal da Amazônia, na cidade de Rio Branco, estado do Acre, CEP 69.915-676 infrassinado **requerer** a V. Senhoria a averbação e/ou registro da terceira alteração de Estatuto, junto a este órgão, juntando para tanto os documentos exigidos por lei.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.

Rio Branco/AC, 08 de setembro de 2021

Pedro Henrique Resende Teixeira Campos  
Presidente da ADEPOL/AC





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE 09 JUN 2022

Processo Eletrônico nº. 129.277 Adjuvante R da Silva  
Classe/Tipo de Processo: Aposentadoria  
Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Estado do Acre - Acreprevidência

Interessada: Maria Dirce Oliveira Bastos  
Relatora: Naluh Maria Lima Gouveia  
Assunto/Objeto: Concessão de Aposentadoria da Servidora Maria Dirce Oliveira Bastos. Processo Físico Nº 12.348.2008-10 - Tribunal de Justiça do Estado do Acre

#### NOTIFICAÇÃO

Finalidade: Notificar a servidora Maria Dirce Oliveira Bastos para tomar conhecimento da decisão proferida no Processo Eletrônico 129.277 - TOE/AC, na qual se decidiu pela legalidade e registro da sua Aposentadoria. Sede do Tribunal: Avenida Ceará, n.º 2.994, Bairro 7.º BEC, Cep: 69.918-111, nesta Capital. Telefone: (68) 3025-2020. Rio Branco - Acre, 19 de agosto de 2021.

Enka Albuquerque Abud Fernandes  
Secretaria das Sessões

### DIVERSOS

#### ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ACRE - ADEPOL/AC

##### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado do Acre - ADEPOL/AC, Dr. Pedro Henrique Resende Teixeira Campos, no uso de suas atribuições e consubstanciado no artigo 33 do Estatuto desta Associação e artigos 53 a 60 do Código Civil, convoca todos os associados para Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 27.08.2021, às 08h00min, no auditório da Direção-Geral da Polícia Civil, situado à Av. Antônio da Rocha Viana, 1234, Bosque, nesta capital, em especial para (i) votação de proposta de alteração do estatuto para criação do chamado "associado extraordinário" (independente do associado titular falecido, a fim de poder ter o direito de usufruir dos benefícios dos planos de saúde e seguro de vida). Rio Branco/AC, 19 de agosto de 2021.

Pedro Henrique Resende Teixeira Campos  
Presidente ADEPOL/AC

#### PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A BASE DE DISTRIBUIÇÃO SEGUNDÁRIA DE RIO BRANCO

Torna público que requereu do Instituto do Meio Ambiente do Acre - IMAC, a renovação da Licença de Operação para a atividade de Base de Distribuição de comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista localizado na Estrada da Invernada Nº1700, Bairro São Francisco, Município de Rio Branco - Acre.

#### VIVAGUA ÁGUA POTÁVEL LTDA

Torna público que recebeu do Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC, a Licença de Operação Nº 224/2021, com validade de 4 (quatro) anos para atividade de extração mineral, exploração da água subterrânea, através de (01) um poço tubular raso com fins comerciais em carro pipe, nas seguintes coordenadas geográficas: Lat: 67° 55' 43" S e Long: 10° 01' 05" W, localizado a Via Chico Mendes, 2692 - Galpão 02, Triângulo Novo - Rio Branco/AC

#### SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO ACRE - SEBRAE NO ACRE

#### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CT Nº 0015/2020

Partes: Serviço de Micro e Pequenas Empresas do Estado do Acre - Sebrae no Acre, e a empresa CIDADE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA EIRELI - ME, representada por seu Sócio-Administrador WAGNER XAVIER D'AVILA LUCENA.  
Objeto: Inclusão da Cláusula referente a Lei Geral de Proteção de Dados, sujeitando-se as partes as normas constantes do Artigo 29 da Resolução CDN nº 361/2021, nas seguintes termos:  
CLÁUSULA PRIMEIRA - DA INCLUSÃO DE CLÁUSULA DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Fica ajustada a Cláusula Vigésima Terceira do CT nº. 0015/2021, para a seguinte redação:

A Contratada, por si, seus colaboradores ou prepostos, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física ("Títular") identificada ou identificável ("Dados Pessoais") e as determinações de órgãos reguladores e fiscalizadores sobre a matéria.

§1º A Contratada seguirá as instruções recebidas pelo CONTRATANTE em relação ao tratamento dos Dados Pessoais, além de observar e cumprir as normas legais vigentes aplicáveis, devendo a Contratada garantir sua licitude e idoneidade, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente possa causar, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

§2º A Contratada deverá corrigir, completar, excluir ou bloquear os Dados Pessoais, caso seja solicitado pelo CONTRATANTE.

§3º A Contratada deverá notificar o Encarregado de Proteção de Dados do CONTRATANTE sobre as reclamações e solicitações dos Titulares de Dados Pessoais originadas em virtude de Tratamento de Dados Pessoais fruto deste Contrato, bem como tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais.

§4º A Contratada, por seus colaboradores ou prepostos, compromete-se a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da Contratada, ainda que este Contrato venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução.

§5º A Contratada compromete-se a adotar medidas, ferramentas e tecnologias necessárias para garantir a segurança dos dados e cumprir com suas obrigações, sempre considerando o estado da técnica disponível e o nível de segurança necessário.

I. A Contratada deverá cumprir com os requisitos das medidas de segurança técnicas e organizacionais para garantir a confidencialidade por meio de pseudonimização ou criptografia dos Dados Pessoais, inclusive no seu armazenamento e transmissão.

II. A Contratada compromete-se a utilizar tecnologias visando à proteção das informações em todas as comunicações com compartilhamentos de Dados Pessoais pela Contratada ao CONTRATANTE.

III. A Contratada deverá manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de Dados Pessoais sejam estruturados de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos em Lei e as demais normas regulamentares aplicáveis.

§6º A Contratada deverá realizar o registro de todas as atividades realizadas em seus sistemas/ambientes (Registros) que realizem tratamento de Dados Pessoais sob determinação do CONTRATANTE, de modo a permitir a identificação de quem as realizou.

§7º A Contratada somente poderá subcontratar qualquer parte dos Serviços que envolvam o tratamento de Dados Pessoais para um ou mais terceiros ("Suboperadores") mediante consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE. Neste caso, a Contratada deverá celebrar um contrato escrito com o Suboperador para (i) obrigar o Suboperador às mesmas obrigações impostas por este Contrato em relação à Contratada, no que for aplicável aos Serviços subcontratados, (ii) descrever os Serviços subcontratados e (iii) descrever as medidas técnicas e organizacionais que o Suboperador deverá implementar.

§8º A Contratada deverá monitorar, por meios adequados, sua própria conformidade e a de seus funcionários e Suboperadores com as respectivas obrigações de proteção de Dados Pessoais em relação aos Serviços e deverá fornecer ao CONTRATANTE relatórios sobre esses controles sempre que solicitado por ela.

§9º A Contratada deverá notificar o CONTRATANTE em até 24h (vinte e quatro) horas (i) de qualquer não cumprimento (ainda que suscitado das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais), (ii) de qualquer descumprimento das obrigações contratuais relativas ao tratamento dos Dados Pessoais, (iii) de qualquer violação de segurança na Contratada ou nos seus Suboperadores, (iv) de qualquer exposição ou ameaças em relação à conformidade com a proteção de Dados Pessoais, (v) ou em período menor, se necessário, de qualquer ordem de Tribunal, autoridade pública ou regulador competente.

§10º A Contratada compromete-se a auxiliar o CONTRATANTE (i) com as suas obrigações jurídicas ou administrativas, de acordo com a Lei de Proteção de Dados Pessoais aplicável, fornecendo informações relevantes disponíveis e qualquer outra assistência para documentar e eliminar a causa e os riscos impostos por quaisquer violações de segurança, (ii) no cumprimento das obrigações decorrentes dos Direitos dos Titulares dos Dados Pessoais, principalmente por meio de medidas técnicas e organizacionais adequadas.

§11º O presente Contrato não transfere a propriedade ou controle dos

10/1  
Folha  
Bran





**Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado do Acre  
ADEPOL/AC**

**LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM  
27/08/2021, NO AUDITÓRIO DA DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL, PARA  
ALTERAÇÃO DE ESTATUTO DA ADEPOL**

1. KARLESSO NEOPOLI RODRIGUES
2. ALVARO FERREIRA DE SOUZA JUNIOR
3. QUATRO DIAS ELLIN MARTINS DOUTRINHA
4. PEDRO H. RESCENDI T. CARLOS
5. OLIVEIRA PEREIRA SANTOS
6. ROMÃO NOEL COMARE

**CONFERE COM  
ORIGINAL**

08 / 06 / 2022

Anny Victoria

Anny Victoria Moreira

Auxiliar de Cartório





**Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado do Acre  
ADEPOL/AC**

**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ADEPOL, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2021, ÀS 08H00MIN, NO AUDITÓRIO DA DELEGACIA GERAL DE POLICIAL CIVIL, NESTA CAPITAL.**

ÀS 08H00MIN DO DIA 27.08.2021, FOI REALIZADA A PRIMEIRA CHAMADA PARA INÍCIO DA ASSEMBLEIA GERAL, ESTANDO PRESENTES O TESOUREIRO KARLESSO NESPOLI RODRIGUES, E O PRESIDENTE PEDRO HENRIQUE RESENDE TEIXEIRA CAMPOS, LUCAS PEREIRA SANTOS, LUCELIA DIAS FELIZ MARTINS COUTINHO, ALCINO FERREIRA JUNIOR E RODRIGO NOLL COMARU, PRIMEIRO SECRETARIO. EMBORA NÃO CONSTE EM EDITAL DE CONVOCAÇÃO A PREVISÃO DA SEGUNDA CHAMADA, RETIFICAMOS ESSA INFORMAÇÃO NESTE MOMENTO, SENDO REALIZADA SEGUNDA CHAMADA ÀS 8H30MIN, E INICIADA A ASSEMBLEIA, EXCLUSIVAMENTE PARA DISCUTIR A 3ª ALTERAÇÃO NO ESTATUTO, VISANDO DEFINIR A SITUAÇÃO DE DEPENDENTES DO ASSOCIADO QUE FALECEU, EM RELAÇÃO A PLANO DE SAÚDE E SEGURO DE VIDA EXISTENTES À ÉPOCA DO FATO. REGISTRA-SE QUE NO EDITAL DE CONVOCAÇÃO NÃO ESPECIFICAVA QUE SE TRATA DA 3ª ALTERAÇÃO DE ESTATUTO NA HISTÓRIA DA ADEPOL, SENDO FEITA ESSA CORREÇÃO NO MOMENTO. APÓS DELIBERAÇÃO, FICOU DEFINIDO, POR UNANIMIDADE, QUE COM O FALECIMENTO DO ASSOCIADO TITULAR, O DEPENDENTE LEGAL QUE POSSUA PLANO DE SAÚDE E/OU SEGURO, PODERÁ SE TORNAR ASSOCIADO EXTRAORDINÁRIO, PARA MANUTENÇÃO DO PLANO DE SAÚDE E SEGURO DE VIDA EXISTENTES PARA OS DEPENDENTES DO ASSOCIADO FALECIDO. APRESENTADA A MINUTA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO, APÓS Apreciação DE DEBATE, FOI APROVADA AS SEGUINTE INCLUSÕES E ALTERAÇÕES DO ESTATUTO. **INCLUIDO NO ARTIGO 7º, O ITEM IV, DA SEGUINTE FORMA:** "IV – EXTRAORDINÁRIOS – EXCLUSIVAMENTE OS DEPENDENTES LEGAIS DE ASSOCIADO REGULAR QUE À ÉPOCA DE SEU FALECIMENTO POSSUÍA PLANO DE SAÚDE E/OU SEGURO DE VIDA COM A ADEPOL-AC E DESEJEM, MEDIANTE PAGAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DE ASSOCIADO CONTINUAR COM TAIS BENEFÍCIOS. **"INCLUINDO NO ARTIGO 7º, PARAGRAFO 3º, A ALÍNEA B, DA SEGUINTE FORMA:** "B) OS ASSOCIADOS BENEMÉRITOS E EXTRAORDINÁRIOS UMA VEZ DESFILADOS NÃO PODERÃO SER REINTEGRADOS **"ALTERANDO O ARTIGO 11 E INCISO I, QUE PASSARÃO A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:** "ART. 11 - SÃO DIREITOS DOS SÓCIOS, EXCETO BENEMÉRITOS E EXTRAORDINÁRIOS. I – VOTAR E SER VOTADO PARA OS

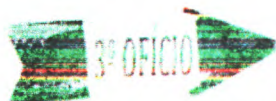




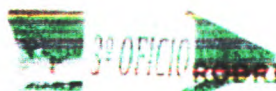


**Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado do Acre  
ADEPOL/AC**

CARGOS DA ADEPOL/AC NA FORMA DESTE ESTATUTO;" INCLUINDO O PARAGRAFO TERCEIRO NO ARTIGO 15, COM A SEGUINTE REDAÇÃO:  
"PARÁGRAFO TERCEIRO – EM CASO DE MORTE DO ASSOCIADO, UNICAMENTE SEUS DEPENDENTES LEGAIS, NA CONDIÇÃO DE SÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS PODERÃO CONTINUAR USUFRUINDO DOS BENEFÍCIOS ELENCADOS NOS INCISOS II E III, DESDE QUE CONTINUEM CONTRIBUINDO COM A MENSALIDADE DA ADEPOL, BEM COMO TENHAM MARGEM PARA DESCONTO EM FOLHA ENQUANTO VINCULADO AO ACREPREVIDÊNCIA." ENCERRADOS OS TRABALHOS, FINALIZADA A ASSEMBLEIA SEM MAIS DISCUSSÕES.



**PEDRO HENRIQUE RESENDE TEIXEIRA CAMPOS**  
PRESIDENTE ADEPOL/AC



**RODRIGO NOLL COMARU**  
SECRETÁRIO ADEPOL/AC

**1º TABELIONATO DE NOTAS E 2º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE  
RIO BRANCO - AC**

Av. Duque de Caxias, 1000 - 1º Andar - Rio Branco - AC - CEP: 69.000-000

Reconheço e dou fé, como autêntica a firma de: **RODRIGO NOLL COMARU**, RIO BRANCO - AC, 09 de junho de 2022.



**1º TABELIONATO DE NOTAS E 2º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE  
RIO BRANCO - AC**

Av. Duque de Caxias, 1000 - 1º Andar - Rio Branco - AC - CEP: 69.000-000

Reconheço e dou fé, como autêntica a firma de: **PEDRO HENRIQUE RESENDE TEIXEIRA CAMPOS**, RIO BRANCO - AC, 09 de junho de 2022.



Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado do Acre

ADEPOL/AC

---



ESTATUTO





**Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado do Acre**

**ADEPOL/AC**

**ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO  
ACRE – ADEPOL/AC**



**TÍTULO I**

**DA DENOMINAÇÃO, FINS, SEDE E DURAÇÃO**

Art. 1º – A ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ACRE, que usará a sigla ADEPOL/AC, é uma associação, sem fins lucrativos e de duração indeterminada, destinada à defesa das prerrogativas, direitos e interesses da classe, à mútua assistência, ao aperfeiçoamento técnico-científico, aprimoramento cultural e profissional dos Delegados de Polícia Civil do Estado do Acre, regendo-se pelo ESTATUTO e disposições legais que lhe forem aplicáveis, principalmente com base no artigo 5º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI, da Constituição Federal e artigos 53 a 61 do Código Civil, possuindo sua sede e foro no Conjunto Bela Vista, Quadra 22, Nº 39, Bairro Floresta, Rio Branco/AC.

Art. 2º - A ASSOCIAÇÃO adotará o emblema, reproduzido em anexo, com as seguintes características: um círculo verde, com preenchimento na cor, amarelo ouro, contendo em seu interior o brasão do Estado do Acre e abaixo a inscrição ADEPOL/AC, circundada por um segundo círculo na cor verde, e entre os círculos contendo a inscrição ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ACRE – Fundada em 27 de março de 1967.

Parágrafo Único – O emblema acima referido será de uso exclusivo da ADEPOL/AC, ressalvado aos sócios o direito de ostentá-lo como distintivo, confeccionado em tamanho pequeno, sob a forma de botão de lapela.

Art. 3º - A ADEPOL/AC adotará uma bandeira na forma retangular em cor amarela, contendo ao centro o símbolo da ADEPOL/AC.



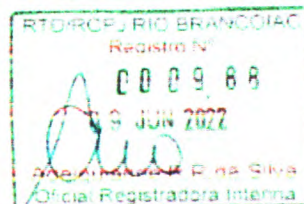
Art. 4º - A ADEPOL/AC, como seus princípios norteadores, pautará sua atuação em:

- I - Defesa dos princípios democráticos, dos valores republicanos e da cidadania;
- II - Salvaguarda da ética, da moralidade e da transparência no trato da coisa pública;
- III - Promoção da justiça social, em especial pela preservação da participação e controle da sociedade sobre as políticas públicas, especialmente na área de segurança pública;
- IV - Promoção da igualdade, valorização da diferença e enfrentamento de discriminações de quaisquer naturezas, com respeito à diversidade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade, de origem, ou de qualquer atributo individual ou coletivo, inclusive na contratação de seus funcionários;

Parágrafo único - A ADEPOL, por intermédio dos seus órgãos, sempre preservará, em busca de seus objetivos, os princípios da busca pelo consenso, do fomento à cultura participativa e da consulta ao corpo social.

Art. 5º - São finalidades da ADEPOL/AC:

- I - Congregar os Delegados de Polícia Civil do Estado do Acre ativos e inativos;
- II - Zelar pelos legítimos interesses e pelo bom nome da classe;
- III - Cultuar as tradições da Polícia Civil e promover a valorização da carreira e do cargo de Delegado de Polícia;
- IV - Representar, assistir e defender os interesses e a reputação de seus associados perante as pessoas de direito público ou privado, autoridades, autarquias, de forma individual ou coletivamente, por meio da adoção de medidas e ações em procedimentos administrativos, judiciais ou extrajudiciais, na proteção de interesses individuais homogêneos como expressão de direitos coletivos *lato sensu*;
- V - Interessar-se pelas questões que possam ferir a dignidade funcional de seus sócios, promovendo o debate, a cooperação e a solidariedade entre os membros da carreira de Delegado de Polícia do Estado de Acre, em torno de temas e interesses comuns;





VI – Colaborar para o fiel cumprimento dos princípios do Código de Ética, propugnando pelo aperfeiçoamento da segurança pública através da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, inclusive por meio da promoção de estudos, pesquisas, publicações e eventos com essa finalidade.

VII – Promover e estimular o desenvolvimento técnico-profissional e cultural de seus associados:

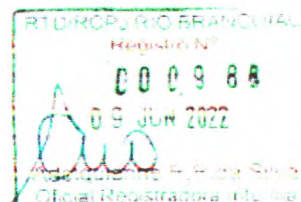
- a) Programando e realizando cursos, conferências, palestras e outras formas de reuniões culturais;
- b) Participando de congressos regionais, nacionais e internacionais, para tratar de assuntos de interesse da classe policial civil;
- c) Publicando em veículos de divulgação as atividades sociais e matérias de interesse jurídico-policial, incentivando a produção intelectual mediante artigos, publicações, pesquisas, organização de biblioteca convencional e digital especializada em segurança pública e em polícia judiciária;
- d) Colaborando com o Estado e entidades privadas, com estudos sobre Segurança Pública, fomentando a participação ativa da sociedade na formulação, execução e fiscalização das políticas públicas na área da segurança pública;
- e) Proporcionando atividades esportivas e recreativas aos associados e seus dependentes.

VIII – Fornecer assistência jurídica aos associados em questões inerentes ao exercício da função;

IX – Manter, propor e assinar convênios e acordos de interesse da classe e prestigiar todas as Associações congêneres do País e com elas manter intercâmbio;

X – Manter intercâmbio com as outras Associações, promovendo a articulação e a cooperação entre membros de todas as carreiras vinculadas à segurança pública do Estado do Acre, por meio das suas associações;

XI – Atuar pelo permanente aprimoramento dos concursos públicos de ingresso, dos cursos de formação para ingresso na carreira de Delegado de Polícia do Estado do Acre, bem como garantir mecanismos de formação continuada e de aprimoramento aos membros da carreira;





XII – Colaborar com a administração estadual no estudo e na solução das questões relativas ao exercício das funções atribuídas aos Delegados de Polícia, bem como na definição, estruturação, prerrogativas e disciplina da respectiva carreira;

XIII – Tutelar, por meio de ação civil pública, questões de ordem urbanística, de proteção ao meio ambiente, do consumidor, da ordem econômica, da livre concorrência, do patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, tendo ainda, como definido no artigo 4º, o múnus de zelar pelos princípios democráticos, pelos valores republicanos e da cidadania, pela salvaguarda da ética, da moralidade administrativa, da transparência no trato da coisa pública, de zelar pelo respeito à justiça social, pela preservação da participação e controle da sociedade sobre as políticas públicas, especialmente na área de segurança pública estadual e demais interesses transindividuais da classe, de promover a igualdade, a valorização da diferença e o enfrentamento de discriminações de quaisquer naturezas, com respeito à diversidade étnico-racial, de gênero, orientação sexual, idade, origem, ou de qualquer atributo individual ou coletivo;

XIV – exercer, obrigatoriamente, a estipulação ou subestipulação de apólice coletiva de seguro de vida em benefício da família do associado na forma que vier a ser prescrita neste estatuto ou por convenção dos seus associados em Assembleia Geral Extraordinária designada para este fim específico;

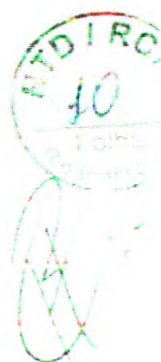
XV – Promover assistência securitária e previdenciária, podendo criar serviços próprios ou estabelecer convênios com terceiros por meio de apólices coletivas de adesões individuais que atendam aos interesses dos associados;

XVI – Organizar projetos e implementar medidas reivindicatórias direcionadas aos órgãos governamentais e às autoridades competentes para a valorização funcional da classe em todos os seus aspectos intrínsecos e extrínsecos;

XVII – Subsidiar e fomentar a presença de representantes na Câmara dos Deputados, nos âmbitos estadual e federal, a fim de propiciar a aprovação de propostas legislativas da entidade em benefício da classe;

XVIII – Disponibilizar outros benefícios aprovados em Assembleia Geral.

Art. 6º – É expressamente vedado a qualquer associado da ADEPOL/AC envolver-se em atos político-partidários ou religiosos, ou emitir manifestação pública, em





nome da ADEPOL, sem prévia autorização do seu Presidente, da Diretoria Executiva, ou por decisão em Assembleia Extraordinária.

Parágrafo único – A proibição deste artigo não atinge a nenhum sócio, individualmente, nem o procedimento de qualquer sócio refletirá na conduta da Associação, porém é vedado a qualquer associado falar em nome da Instituição ou imiscuir-se em assuntos de interesse geral da Associação, que tenham relevância público-social, sem expressa autorização de sua Diretoria Executiva.

## TÍTULO II DO QUADRO SOCIAL

### CAPÍTULO I DOS ASSOCIADOS

Art. 7º - O Quadro Social da ADEPOL/AC constitui-se das seguintes categorias de associados:

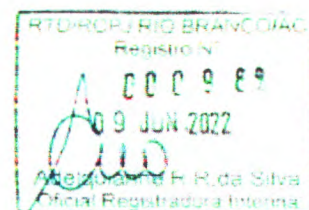
I – FUNDADORES - Os Delegados de Polícia Civil do Estado do Acre, que fundaram a ADEPOL/AC, em 27 de março de 1987 e subscreveram, até 15 dias após a elaboração da Ata de Aprovação do Estatuto;

II – EFETIVOS – Os Delegados de Polícia Civil do Estado do Acre, em atividade ou aposentados, que atendam aos requisitos estipulados no presente Estatuto;

III – BENEMÉRITOS – Os que, mesmo não pertencendo à categoria de Delegados de Polícia Civil do Estado do Acre, venham a prestar relevantes serviços à ADEPOL/AC, com aprovação mínima de maioria absoluta dos membros, sendo-lhes conferido diplomas, em sessão solene previamente convocada pela Diretoria Executiva;

IV – EXTRAORDINARIOS – Dependentes legais de associado regular que à época de seu faleceu possuía plano de saúde e/ou seguro de vida com a ADEPOL-AC e desejem, mediante pagamento da contribuição mensal continuar com tais benefícios.

§ 1º - São considerados associados efetivos da ADEPOL-AC os Delegados de Polícia Civil do Estado do Acre, integrantes do quadro de pessoal da Secretaria de Polícia





Civil, em atividade ou aposentados que tenham requerido ou que venham a requerer sua inscrição no corpo associativo, satisfazendo as exigências estatutárias.

§ 2º - Os requerimentos serão encaminhados à Presidência da ADEPOL-AC, sendo deferidas ou não. Em caso de indeferimento, deverá ser apresentada justificativa plausível, cabendo recurso à Diretoria Executiva.

§ 3º - O associado poderá se desfiliar a qualquer tempo, desde que não esteja em débito com a Tesouraria da ADEPOL/AC, caso em que, seu pedido será deferido e o mesmo será acionado administrativa e/ou juridicamente para quitar seus débitos.

a) Para os casos de reintegração ao quadro social o associado cumprirá carência de 06 (seis) meses para receber assistência jurídica, reinclusão no plano/convênio de saúde, de 01 (um) ano para compor chapa visando às eleições.

§ 4º - No caso dos atuais Delegados de Polícia Civil em atividade ou aposentados, será atribuído prazo até o dia 01º de maio de 2011, para efetivação de sua inscrição, mediante pagamento de contribuição mensal.

§ 5º - Após o prazo estipulado no parágrafo anterior, o Delegado que interessar-se em se associar, deverá pagar os valores referentes às mensalidades contadas de 01º de maio de 2011, até o máximo de 12 (doze) parcelas.

Art. 8º - A admissão no Quadro Social importa na aceitação das disposições contidas no presente Estatuto e no compromisso de acatar as decisões dos Poderes da ADEPOL/AC, bem como na autorização para os descontos em folha.

Art. 9º - Todos os associados são considerados contribuintes, exceto os beneméritos.

Art. 10º - Os associados não respondem, de forma alguma e sob qualquer pretexto, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Associação.

## CAPÍTULO II DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 11 - São direitos dos associados, exceto beneméritos e extraordinários:





I – Votar e ser votado para os cargos da ADEPOL/AC na forma deste Estatuto;

II – Participar das Assembleias Gerais, discutindo, propondo e votando os assuntos versados, sendo aceito voto por procuração na forma física e/ou digital, tendo como procurador somente associado efetivo regular, bem como externar sua opinião e voto por meio digital na forma de texto escrito que possa ser comprovada a autenticidade, por fim cabe, quando tecnicamente possível, participação por meio de video conferência;

III – Propor ao Poder competente da ADEPOL/AC quaisquer medidas que julgar convenientes aos interesses, e notadamente, quanto à finalidade da Associação;

IV – Participar de estudos e trabalhos realizados ou patrocinados pela ADEPOL/AC;

V – Recorrer, no prazo improrrogável de dez dias, para o Conselho Administrativo da ADEPOL/AC dos atos e decisões da Diretoria Executiva e/ou do Presidente, exceto no que diz respeito aos procedimentos relacionados à aplicação de penalidades, já que possuem regramento próprio;

VI – Requerer ou representar, formalmente, perante a Diretoria Executiva, com recursos para o Conselho Administrativo, contra as infrações deste Estatuto

VII – Examinar, após prévia autorização da Diretoria Executiva, os livros e a escrituração contábil;

VIII - requisitar livros, revistas e outras publicações da biblioteca, de acordo com o regulamento que for estabelecido a respeito.

Parágrafo Único – O associado que não estiver em dias com suas obrigações financeiras terá seus direitos suspensos até a quitação ou negociação dos débitos.

Art. 12 – São deveres dos associados:

I – Zelar pela dignidade da classe, colaborando com a ADEPOL/AC para sua grandeza e prestígio;

II – Cumprir e fazer cumprir os princípios do Código de Ética e as disposições deste Estatuto, acatando os julgamentos e deliberações dos Poderes da ADEPOL/AC;





III – Desempenhar com zelo os cargos, missões ou serviços que lhes forem confiados;

IV – Abster-se de manifestações político-partidárias, em nome da ADEPOL/AC ou em suas dependências sociais;

V – Autorizar o desconto das mensalidades em folha de pagamento ou pagar pontualmente as contribuições devidas à ADEPOL/AC, conforme estipulado pela Diretoria.

### CAPÍTULO III DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 13 – Admitido o associado ficará sujeito ao pagamento da contribuição mensal, definidos seus valores a critério da Diretoria Executiva, após aprovação em Assembléia.

Art. 14 – Caberá a Diretoria Executiva indicar a forma de pagamento das mensalidades, cabendo ao associado seu pagamento na data estipulada.

Parágrafo único – Em havendo débito ou atraso injustificável no pagamento da mensalidade, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, o associado ficará sujeito à exclusão dos benefícios/convênios concedidos pela ADEPOL/AC, após avaliação da Diretoria Executiva.

### CAPÍTULO IV DOS BENEFÍCIOS EM GERAL

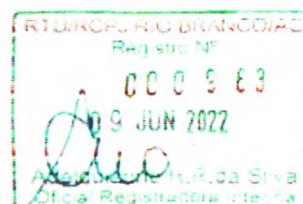
Art. 15 – Os associados contribuintes participarão dos seguintes benefícios:

I – Assistência judiciária;

II – Plano de saúde;

III – Seguro de Vida;

IV – Convênios de desconto;



9



V – Outros benefícios não nominados.

Parágrafo Primeiro – O benefício do inciso I será fornecido de forma gratuita quando a demanda tiver relação direta com a função de Delegado de Polícia Civil.

Parágrafo Segundo – Os benefícios citados nos incisos II e III será fornecido mediante pagamento de cota extra, para o associado que assim quiser, desde que tenha margem para desconto em folha.

Parágrafo Terceiro – Em caso de morte do associado, seus herdeiros legais, na condição de SÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS poderão continuar usufruindo dos benefícios elencados nos incisos II e III, desde que continue contribuindo com a mensalidade da ADEPOL, bem como tenha margem para desconto em folha enquanto vinculado ao ACREPREVIDÊNCIA.

Art. 16 – Posteriormente, após aprovação de proposta apresentada pela Diretoria Executiva em Assembleia Geral, serão definidos a amplitude e valores dos benefícios, assim como os critérios de acesso aos mesmos.

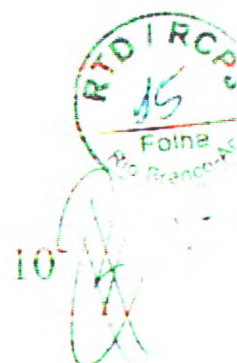
Art. 17 – O inadimplemento de qualquer uma das obrigações pecuniárias do associado para com a ADEPOL/AC, por mais de 60 (sessenta) dias, trará a imediata e irreversível revogação de todos e quaisquer benefícios que o mesmo detenha para com a Associação, sem necessidade de prévia comunicação, não o isentando das obrigações financeiras já existentes até o momento da revogação inclusive se necessário com a propositura das ações judiciais competentes para recebimento dos valores em aberto.

Parágrafo Único – Incluem-se nos benefícios a serem revogados, nos termos do artigo precedente, a assessoria jurídica, convênios vigentes e plano de saúde existente

CAPÍTULO V  
DAS PENALIDADES

Art. 18 – O associado será passível das seguintes penalidades:

I – Advertência,





II – Suspensão;

III – Exclusão.

§ 1º - A pena de advertência será aplicada, por escrito, de forma reservada, quando a falta cometida for leve e o sócio não seja reincidente.

§ 2º - A pena de suspensão, que não poderá exceder a sessenta dias, será aplicada nos casos de falta grave ou reincidência em falta leve e importará na perda dos direitos sociais durante o período.

§ 3º - A pena de exclusão será aplicada nos casos de falta gravíssima e nos previstos neste Estatuto, e determinará a exclusão do sócio do quadro social, com a perda de todos os direitos que lhes eram assegurados.

Art. 19 – Seja qual for a penalidade aplicável, o associado deverá ser, previamente, notificado sobre as acusações que pesem em seu desfavor, para que em dez dias ofereça defesa prévia e/ou solicite produção de provas, sendo:

I – Em caso de advertência, dirigido ao Conselho de Ética;

II – Em caso de suspensão, dirigido ao Presidente;

III – Em caso de exclusão, dirigido a Diretoria Executiva.

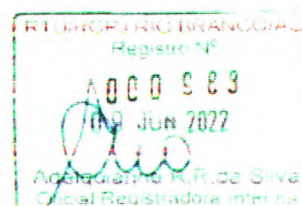
§ 1º Recebida a defesa prévia, o órgão ou agente responsável irá tomar as providências cabíveis à instrução e proceder ao julgamento, aplicando a penalidade cabível.

Art. 20 – Será advertido

I – Os que procederem inconvenientemente nas dependências da ADEPOL/AC ou em reuniões de qualquer natureza, bem como em mídias sociais de qualquer natureza, dentre elas grupos de conversas eletrônicas;

§ 1º. A advertência será efetivada pelo Presidente, ouvido o Conselho de Ética, o qual decidirá a forma, conteúdo e extensão da penalidade.

Art. 21 – Será suspenso, de todas as prerrogativas e direitos junto à Instituição, o associado que





I – Os que provocarem tumultos nas Assembleias, de modo a interromper os trabalhos que se processarem;

II – Os que, intencionalmente, causarem dano ao patrimônio da ADEPOL/AC;

III – Os que praticarem ofensas físicas ou morais nas dependências da ADEPOL/AC ou em reuniões por ela promovidas.

IV – Os reincidentes nas faltas previstas no artigo 17 dentro do período de doze meses.

V - deixar de cumprir, pontualmente, as suas obrigações financeiras com a Associação;

VI - desobedecer às determinações da Diretoria Executiva referentes à boa ordem e à disciplina da "ADEPOL";

§ 1º - A suspensão será efetivada mediante portaria do presidente, *ad referendum*, do Conselho de Ética

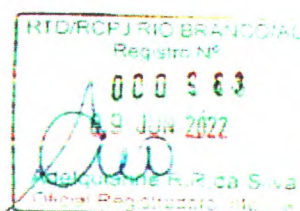
§ 2º - Cessada a causa, será cancelada a suspensão, mediante nova portaria.

§ 3º - Ao associado suspenso caberá o direito de se defender, no prazo de 10 (dez) dias contados do ato de suspensão, através de recurso administrativo dirigido à Diretoria Executiva, que o julgará após o parecer do Conselho de Ética, devendo ter quórum para julgamento de, no mínimo, metade mais um dos membros da Diretoria e o resultado a ser considerado válido por 2/3 dos presentes.

§ 4º - Mantida a decisão de suspensão, caberá recurso inominado, no prazo de 15 (quinze) dias contados da decisão da Diretoria Executiva, sem efeito suspensivo, dirigido à primeira Assembleia Geral que se realizar, a qual deverá ser convocada para tal finalidade, sendo que o quórum para julgamento deverá ser de, no mínimo, 2/3 dos associados e o resultado a ser considerado válido por maioria simples dos presentes

§ 5º - Antes do Julgamento pela Assembleia, o Conselho de Ética e o Diretor de Prerrogativas deverá se manifestar sobre o procedimento, dando esclarecimentos que julgarem necessários.

Art. 22 – É passível de exclusão, o associado que:





I – Os que deixarem de pagar três mensalidades consecutivas;

II, até 90 (noventa) dias após a sua suspensão, pelos motivos do inciso V do artigo anterior, não houver satisfeito o pagamento de seus débitos, acrescidos da multa de 10% e juros de 2% ao mês;

III – Os que praticarem irregularidades no desempenho de mandato administrativo;

IV – Os que se negarem a ressarcir qualquer dano praticado contra o patrimônio da ADEPOL/AC;

V – Os que, por suas atividades públicas, possam ferir o decoro e a dignidade da classe;

VI – Os que derem publicidade às questões privadas da ADEPOL/AC;

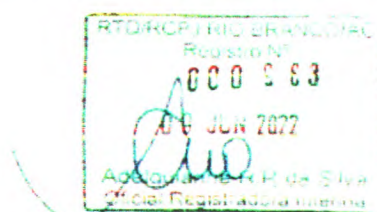
VII – Os reincidentes nas faltas previstas no artigo anterior, desde que tenham atingido o máximo da pena estabelecida, dentro do período de doze meses.

§ 1º - No caso do inciso V deste artigo, a Diretoria Executiva poderá, se a gravidade do fato a tanto aconselhar, suspender preventivamente o associado por até 60 (sessenta) dias

Art. 23 – A penalidade de exclusão será aplicada por deliberação da Diretoria Executiva, através de Portaria do Presidente, ouvido sempre o Conselho de Ética e o Diretor de Prerrogativas, e resguardando o direito de ampla defesa e contraditório por parte do associado.

§ 1º - Ao associado suspenso caberá o direito de se defender, no prazo de 10 (dez) dias contados do ato de exclusão, caberá recurso nominado, no prazo de 15 (quinze) dias contados da decisão da Diretoria Executiva, sem efeito suspensivo, dirigido à primeira Assembleia Geral que se realizar, a qual deverá ser convocada para tal finalidade, sendo que o quórum para julgamento deverá ser de, no mínimo, 2/3 dos associados e o resultado a ser considerado válido por maioria simples dos presentes.

§ 2º - O associado excluído por prática de infração, após 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de sua exclusão, poderá ser readmitido através de requerimento a





Diretoria Executiva, a qual convocará Assembleia Geral Extraordinária, que decidirá por maioria simples de votos.

Art. 24 – Nos casos em que for aplicada pena ao associado, também será cominado o pagamento de multa.

§ 1º - No caso de punição de advertência, será aplicada multa no valor de 01 (uma) mensalidade.

§ 2º - No caso de punição de suspensão, será aplicada multa no valor de 03 (três) mensalidades.

§ 3º - No caso de punição de suspensão, será aplicada multa no valor de 07 (sete) mensalidades.

Art. 25 – As sanções administrativas mencionadas neste Capítulo não excluem os infratores das responsabilidades civis e criminais cabíveis.

### TÍTULO III DA RECEITA E DOS BENS

#### CAPÍTULO I DA RECEITA E SUA APLICAÇÃO

Art. 26 – A receita da ADEPOL/AC advirá de:

I – Jóias e mensalidades dos contribuintes;

II – Rendas patrimoniais;

III – Auxílios e subvenções;

IV – Doações e legados;

V – Eventuais

Art. 27 – A aplicação da receita será regulada pela Diretoria Executiva, obedecidos os seguintes critérios:





I – As mensalidades arrecadadas serão aplicadas nas despesas ordinárias, decorrentes da administração da Associação, no pagamento dos benefícios constantes deste Estatuto e na realização de atividades sociais da ADEPOL/AC;

II – O pagamento dos benefícios será autorizado pelo Presidente, após aprovação da Diretoria Executiva;

III – Os saldos de arrecadação das mensalidades verificados em um exercício serão transferidos para o exercício subsequente, à disposição da Diretoria Executiva, que os aplicará de acordo com o disposto no *caput* deste artigo;

IV – As rendas patrimoniais poderão ser aplicadas na forma prevista nos itens I e II ou, ainda, como investimentos;

V – Os investimentos em novos empreendimentos imobiliários dependem sempre de autorização do Conselho Fiscal, *ad referendum* da Assembleia Geral.

Art. 28 – O valor da mensalidade será fixado pela Diretoria Executiva, podendo ser alterado somente após um ano de sua fixação, mediante aprovação da Assembleia Geral convocada para este fim.

## CAPÍTULO II DOS BENS



Art. 29 – A ADEPOL/AC poderá entrar na posse de bens de toda e qualquer natureza lícita, através de locação, aquisição, empréstimo, doação e/ou permuta, observadas as disposições deste Estatuto.

Parágrafo único – Qualquer transação imobiliária constante deste artigo que importe em despesa ou ônus para a entidade, deverá, obrigatoriamente, ser aprovada pela Assembleia Geral, com, no mínimo, dois terços dos presentes.

## TÍTULO IV DOS PODERES





CAPÍTULO I  
DA COMPETÊNCIA



Art. 30 – São Poderes da ADEPOL/AC:

- I – Assembleia Geral;
- II – Diretoria Executiva;
- III – Conselho Fiscal;
- IV – Conselho de Ética.

Art. 31 – A Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e o Conselho de Ética constituem o Conselho Administrativo da ADEPOL/AC, exercido em conjunto e harmonicamente.

§ 1º - O Conselho Administrativo será presidido pelo Presidente da ADEPOL/AC, e deliberará por maioria relativa

§ 2º - Sua convocação se fará sempre que necessária como órgão colegiado para exame e apreciação de assuntos previstos neste estatuto, pelo Presidente da ADEPOL/AC.

Art. 32 – Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos conjuntamente, para um período de três anos, sendo autorizada uma recondução, quando não houver chapa concorrente.

Parágrafo único – É vedado, a qualquer título, o mandato remunerado dos Poderes da ADEPOL/AC, representado, o seu exercício, um honroso e elevado ônus para seus ocupantes.

CAPÍTULO II  
DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 33 – A Assembleia Geral é o Poder soberano da ADEPOL/AC, constituído pelos sócios efetivos em gozo de seus direitos e classifica-se em Ordinária e Extraordinária.





Art. 34 – A Assembleia Geral Ordinária será convocada pela Diretoria Executiva anualmente, até o décimo dia útil do mês de abril, para apreciar e votar:

I – O relatório do Presidente, exposição do balanço e aprovação das contas do exercício encerrado;

II – Projetos ou propostas apresentadas pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Ética

Parágrafo Único – Para que sejam aprovadas as matérias pertinentes a Assembleia Geral Ordinária, é necessário a maioria relativa dos membros.

Art. 35 – A Assembleia Geral Extraordinária será convocada pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho de Ética, ou por 1/5 (um quinto) dos sócios efetivos no gozo de seus direitos estatutários e tem por competência:

I – Deliberar sobre assuntos da Convocação, sendo proibida a inclusão de matéria não especificada no edital;

II – Aprovar, no todo ou em parte, a reforma do Estatuto proposta pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal;

III – Destituir o Conselho Administrativo (Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, e Conselho de Ética) em sua totalidade ou a qualquer de seus membros, quando entender que essa medida seja necessária ou de absoluta conveniência aos interesses associativos;

IV - julgar o balancete apresentado anualmente pela Diretoria Executiva;

V - autorizar ou não despesas eventuais propostas pela Diretoria Executiva;

VI - anuir na venda de imóveis da "ADEPOL";

VII - resolver, soberanamente, os demais casos ou assuntos de interesse da Associação.

§ 1º - Quando a convocação da Assembleia Geral Extraordinária for requerida pelos associados, na forma do caput deste artigo, a Diretoria Executiva deverá promovê-la dentro de dez dias a contar da data da entrega do requerimento, devidamente fundamentado, na Secretaria, sob pena de ser convocada pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho de Ética ou por um dos associados signatários.





§ 2º - A Assembleia Geral, não convocada pela Diretoria Executiva, necessita de presença de 2/3 (dois terços) dos associados signatários do requerimento, para sua instalação, comprovada pelas assinaturas no livro próprio.

§ 3º - Quando se verificar a destituição total do Conselho Administrativo, ato contínuo a Assembléia elegerá uma Junta Governativa, composta de três membros, para gerir a ADEPOL/AC até a eleição regular de nova administração, ou terminar o mandato da mesma, se a destituição ocorrer no último semestre do mandato.

§ 4º - Quando a destituição for parcial, as vagas serão preenchidas na forma prevista neste Estatuto.

§ 5º. A Assembleia Geral convocada para decidir sobre as hipóteses previstas nos incisos II e III deste artigo terá quorum qualificado, na forma seguinte:

a) para reforma do estatuto, será exigido o voto concorde de um terço dos associados em primeira convocação e de maioria simples em segunda e última convocação, não podendo deliberar com menos de um quinto dos associados quites da entidade.

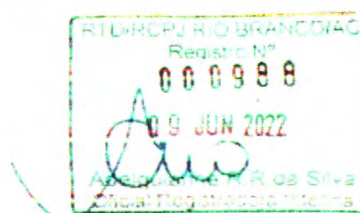
b) para destituir membros da Diretoria Executiva do Conselho Fiscal ou Suplentes do Conselho Fiscal, deverá observar o quorum mínimo de um terço dos associados quites, independentemente se em primeira ou última convocação.

Art. 36 – As Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão convocadas através de edital publicado nos jornais de grande circulação, sites, ou por meio de divulgação adequado, com a antecedência mínima de três dias, declarando-se expressamente, os motivos da convocação.

Art. 37 – Somente participarão das Assembleias Gerais, para deliberar, os associados efetivos que estiverem em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 38 – A Assembléia Geral Ordinária deliberará com qualquer quorum, ao passo que, a Extraordinária, com 1/3 (um terço) dos membros ou em segunda convocação, 15 (quinze) minutos depois, com qualquer número, caso não seja estabelecido estatutariamente quórum especial.

Art. 39 – As Assembléias Gerais serão iniciadas com a leitura, para a devida aprovação, da Ata da Sessão anterior e o sócio poderá fazer uso da palavra, no transcorrer





da Assembleia, apenas por cinco minutos, com a prorrogação de cinco minutos para explicação pessoal.

Art. 40 – As Assembleias Gerais são soberanas em suas decisões sobre os assuntos da convocação, tomada por maioria relativa, respeitadas as disposições deste Estatuto.

### CAPITULO III DA DIRETORIA EXECUTIVA



Art. 41 – A ADEPOL/AC será dirigida e administrada pela Diretoria Executiva que, ordinariamente, reunir-se-á mensalmente e, extraordinariamente, quando convocada.

Parágrafo único – A Diretoria Executiva só poderá deliberar com a presença mínima de um terço de seus membros, cabendo ao Presidente, se for o caso, o voto de desempate.

Art. 42 Os membros da Diretoria Executiva, Delegados de Polícia Civil, serão eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de três anos, permitida uma recondução para o mesmo cargo.

Parágrafo único – É vedado aos membros da Diretoria Executiva o exercício cumulativo de cargos públicos eletivos ou de direção executiva de partido político, devendo, em tais casos, abdicar do cargo de Direção da ADEPOL-AC.

Art. 43 – São membros da Diretoria Executiva:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

III – Secretário;

IV – Tesoureiro;

V – Diretor de Prerrogativas;

VI – Presidente do Conselho de Ética;



19



VII – Presidente do Conselho Fiscal,

VIII – Diretor de Aposentados.

Parágrafo Único – Os cargos de Secretário e Tesoureiro terão cada, um suplente para atuar na sua ausência, que gozarão de todos os direitos e prerrogativas dos membros da Diretoria Executiva, independentemente se estejam ou não no exercício da atuação.

Art. 44 – O membro da Diretoria Executiva que faltar a quatro reuniões consecutivas, ordinárias ou extraordinárias, sem justa causa, perderá o mandato.

§ 1º - A destituição dos faltosos é atribuição da Assembleia Geral, nos termos do Art. 35, III deste Estatuto, mediante apresentação da Diretoria Executiva, incumbindo à aquela a indicação do substituto para o término do período restante do mandato.

§ 2º - Nos demais casos de vacância de cargos da Diretoria Executiva, incumbe ao Conselho Administrativo providenciar a substituição, observado o procedimento do Art. 67, no que for aplicável.

§ 3º - Será considerado como tendo renunciado ao cargo o associado eleito que, sem motivo justificado, não tomar posse dentro de oito dias, a contar da data de posse da Diretoria Executiva, nos termos do Art. 63, §2º.

§ 4º - Será, ainda, considerado renunciado ao cargo na Diretoria Executiva, o associado que, durante o mandato, vier a exercer cargo de Secretário de Estado, Diretor na Polícia Civil ou outro órgão, e qualquer outro cargo diretamente subordinado ao Governador do Estado, bem como aqueles que ocupem cargos em comissão, devendo sua substituição ser feita nos ritos do Art. 67.

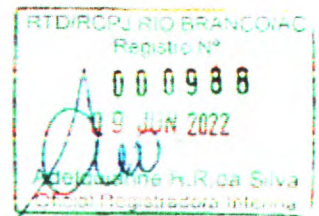
Art. 45 – A Diretoria Executiva compete, coletivamente, além de quaisquer outras atribuições contidas neste Estatuto:

- I – Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto;
- II – Dirigir e administrar a ADEPOL/AC nos termos deste Estatuto;
- III – Admitir e rejeitar associados;
- IV – Fixar e reajustar contribuições;



20





V – Elaborar relatório anual das atividades da ADEPOL/AC;

VI – Convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias para deliberação de assuntos urgentes e de relevância e para as eleições da respectiva Diretoria Executiva, na forma prevista no Regimento Interno;

VII – Autorizar o Presidente, ouvido o Conselho Fiscal, a receber doações, legados, auxílios e subvenções, quando entendida que essa medida seja necessária ou de absoluta conveniência dos interesses associativos;

VIII – Propor a reforma do Estatuto;

Art. 46 – Ao Presidente compete:

I – Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho Administrativo;

II – Presidir as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;

III – Superintender todos os serviços da ADEPOL/AC;

IV – Assinar, com o 1º Tesoureiro, ordens de pagamento, cheques e outros papéis bancários e ordenar o pagamento de quaisquer despesas;

V – Assinar todo o expediente e ordenar providências que dependam de sua orientação;

VI – Designar quaisquer comissões para representar a ADEPOL/AC e redistribuir, entre os demais membros da Diretoria Executiva, encargos executivos que a Administração reclamar;

VII – Contratar e dispensar empregados;

VIII – Assinar acordos, convênios e afins, em nome da ADEPOL;

IX – Deferir ou indeferir requerimentos de novos associados;

X – Representar a ADEPOL/AC em juízo e em todas as suas relações com terceiros.



§ 1º – Nas deliberações da Diretoria Executiva, se houver empate, o Presidente terá voto de desempate.

Art. 47 – Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente nas suas ausências, impedimentos ou vacâncias.

Art. 48 – Ao Secretário compete:

I – Dirigir a secretaria;

II – Preparar o expediente e redigir a correspondência da ADEPOL/AC;

III – Secretariar as reuniões da Diretoria Executiva, Conselho Administrativo e Assembleias Gerais, redigindo as atas e correspondências.

IV – Fiscalizar os empregados;

V – Substituir o Presidente com todas as suas atribuições, na ausência do Vice-Presidente;

VI – manter atualizados os registros e controles relativos à administração da Associação;

VII – proceder, anualmente, ao inventário dos bens patrimoniais da "ADEPOL/AC";

VIII – divulgar anualmente o quadro social e os cadastros de endereços;

Art. 49 – Ao suplente de Secretário compete substituir o respectivo titular em suas ausências, impedimentos e vacâncias.

Art. 50 – Ao Tesoureiro compete:

I – Adotar todas as medidas capazes para o bom andamento da Tesouraria;

II – Ter sob sua guarda a Caixa da ADEPOL/AC, obrigando-se a recolher a um estabelecimento bancário as importâncias arrecadadas;

III – Assinar, com o Presidente, ordens de pagamento, cheques e outros papéis bancários;







IV – Proceder a recebimentos e efetuar pagamentos;

V – Organizar a contabilidade e o fichário dos sócios para efeito de cobrança e o encaixe das quantias devidas à ADEPOL/AC, a qualquer título;

VI – Apresentar, à Diretoria, balancetes mensais e o balanço anual.

VII - abrir contas bancárias em nome da "ADEPOL/AC", em conjunto com o Presidente, ou, na sua falta ou impedimento, em conjunto com outro Diretor designado, em estabelecimento de crédito oficial, para movimentar os valores em dinheiro a ela pertencentes.

VIII - assinar, em conjunto com o Presidente, cheques para o levantamento de dinheiro em bancos e estabelecimentos de crédito;

Art. 51 – Ao suplente de Tesoureiro compete substituir o respectivo titular em suas ausências, impedimentos e vacâncias.

Art. 52 – Ao Diretor de Prerrogativas, compete:

I - defender qualquer associado da "ADEPOL/AC" que esteja sofrendo ameaça ou violação de suas prerrogativas;

II - apreciar e emitir decisão de admissibilidade sobre caso de representação referente a ameaça ou lesão às prerrogativas dos associados da "ADEPOL/AC";

III - apreciar e dar parecer sobre pedidos de desagravo;

IV - promover todas as medidas e diligências necessárias à defesa, preservação e garantia das prerrogativas profissionais dos associados, propondo à Diretora Executiva as providências efetivas que julgar convenientes a tais desideratos;

V - exercer outras atividades inerentes à Diretoria de Prerrogativas ou que lhe forem atribuídas pela Diretoria Executiva.

VI - encaminhar o patrocínio de causas que visem a resguardar direitos do associado, cuja ameaça ou violação estejam direta ou indiretamente ligadas à atividade profissional, ou que caibam ser preservados em respeito às garantias constitucionais do cargo de Delegado de Polícia ou das atividades da "ADEPOL/AC";





VII - estabelecer contratos com advogados ou escritórios de advocacia, após aprovação da Diretoria Executiva, para a postulação ou defesa devida, fiscalizando e comunicando à Diretoria Executiva, regularmente, o andamento das causas;

VIII - coordenar as atividades de assistência jurídica aos associados;

IX - controlar, juntamente com o Tesoureiro, o pagamento de honorários advocatícios aos advogados ou escritórios contratados.

Art. 53 – Ao Diretor de Aposentados, cargo que deverá ser ocupado por membro efetivo, preferencialmente aposentado, compete representar os Delegados Inativos em todas as suas demandas internamente junto à ADEPOL, bem como auxiliar os demais membros da Diretoria em questões pertinentes.

#### CAPÍTULO IV DO CONSELHO FISCAL



Art. 54 – O Conselho Fiscal é o órgão que fiscaliza as atividades econômicas e financeiras da ADEPOL/AC

§ 1º - O Conselho compõe-se de três membros, sendo o Presidente eleito pela Assembleia Geral e empossado junto com a Diretoria Executiva da ADEPOL/AC com mandato de três anos cabendo uma recondução

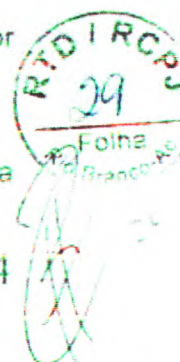
§ 2º - O Presidente do Conselho Fiscal, quando da sua eleição nomeará os outros dois membros, dentre eles um secretário.

§ 3º - Nas deliberações do Conselho Fiscal, se houver empate, o Presidente terá voto de desempate.

Art. 55 – Além das atribuições expressamente declaradas no presente Estatuto, ao Conselho Fiscal, que se reunirá sempre que julgar conveniente compete:

I – Fiscalizar a escrituração contábil da ADEPOL/AC emitindo parecer, por escrito, à Diretoria que o apresentará à Assembleia Geral;

II – Dar parecer sobre todas as consultas que lhe sejam encaminhadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Ética;







III – Cumprir e fazer cumprir as disposições do presente Estatuto;

IV – Comunicar, de imediato e formalmente, ao Presidente, irregularidades verificadas;

V – Convocar a Assembleia Geral nos casos previstos neste Estatuto.

Art. 56 – No caso de ausência a três reuniões do Conselho Fiscal, aplica-se a seus membros, no que couber, o disposto no Art. 44, e seus parágrafos, do presente Estatuto.

## CAPÍTULO V DO CONSELHO DE ÉTICA

Art. 57 – O Conselho de Ética é o órgão da ADEPOL/AC encarregado de manter a observância dos preceitos de ética na conduta de seus sócios.

§ 1º - O Conselho compõe-se de três membros sendo o Presidente eleito pela Assembleia Geral e empossado junto com a Diretoria da ADEPOL/AC com mandato de três anos cabendo uma recondução.

§ 2º - O Presidente do Conselho de Ética, quando da sua eleição, nomeará os outros dois membros, dentre eles um secretário.

§ 3º - O Conselho de Ética reunir-se-á quando convocado por seu Presidente, registrando-se em ata suas deliberações.

§ 4º - Nas deliberações do Conselho de Ética, se houver empate, o Presidente terá voto de qualidade.

§ 5º - Para cada caso em pauta será designado um relator, de categoria funcional equivalente ou superior ao sócio citado no caso em exame.

Art. 58 – Compete, privativamente ao Conselho de Ética, propor ao Presidente da ADEPOL/AC, por iniciativa própria ou por solicitação da Diretoria, a aplicação das penas disciplinares previstas neste Estatuto.



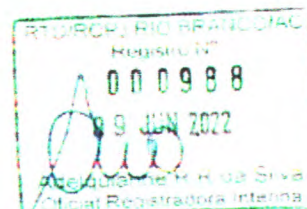
#### TÍTULO IV DO CÓDIGO DE ÉTICA

Art. 59 – São princípios éticos a serem obedecidos pelos sócios:

- I – Servir à sociedade como dever fundamental;
- II – Conduzir-se, no exercício de suas funções, com honestidade, lealdade e dedicação;
- III – Preservar a confiança dos superiores hierárquicos, dos subordinados e dos concidadãos, pelo exemplo de conduta irrepreensível na vida pública e particular;
- IV – Pugnar, intransigentemente, pelos interesses legítimos da classe;
- V – Defender os associados e os policiais em geral, sempre que, pelo estrito cumprimento do dever, forem vítimas de críticas ou sanções injustas;
- VI – Abster-se de interferir junto a pessoas ou instituições para obter influência, objetivando nomeações, designações ou remoções;
- VII – Deliberar, no exercício do cargo, sem ter em conta a qualidade, posição e interesse das partes;
- VIII – Participar, imediatamente, ao conhecimento da ADEPOL/AC qualquer fato que possa resultar em prejuízo ou desprestígio para a classe;
- IX – Manter em dia suas atribuições estatutárias.

#### TÍTULO VI DAS ELEIÇÕES

Art. 60 – As eleições dos membros da Diretoria Executiva será realizada mediante escrutínio secreto, tendo direito cada sócio a um voto, sendo permitido, na Assembleia Geral Extraordinária convocada para esse fim, o voto por procuração física ou digital.



26



Parágrafo único – Não terá direito a voto o associado admitido há menos de noventa dias, aqueles que estejam cumprindo pena disciplinar, bem como em débito com as mensalidades e/ou encargos.

Art. 61 – As eleições deverão ser realizadas até o último dia útil do mês anterior que terminarem os respectivos mandatos, devendo o Presidente providenciar a publicação de edital e nomeação da Comissão Eleitoral, composta por três membros regulares, no Diário Oficial do Estado, até o quinto dia útil do aludido mês.

§ 1º - Após a publicação do edital, abrir-se-á prazo de cinco dias corridos para registro das chapas completas junto à Comissão Eleitoral, promovidas pelo candidato que encabeçá-las para Presidente, neias contendo as assinaturas autorizadas dos candidatos que a compõem, sendo proibido o registro de inscrição individual e/ou incompleta, para cargos isolados daqueles órgãos.

§ 2º - Quando do registro das chapas, será aceito autorização de candidatos mediante procuração para outro integrante da aludida chapa.

§ 3º - Caberá à comissão eleitoral, no prazo de três dias corridos, analisar o pedido de registro da chapa, e no mesmo prazo, pedidos de impugnação.

§ 4º - Em caso de indeferimento da comissão eleitoral, dentro de três dias, caberá recurso à Diretoria, que resolverá em definitivo, no mesmo prazo.

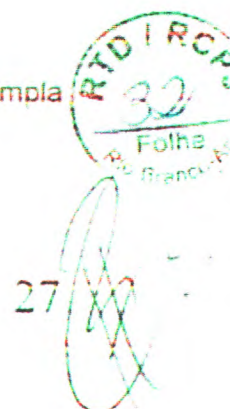
§ 5º - O candidato não poderá disputar mais de um cargo e concorrerá apenas por uma chapa eleitoral.

§ 6º - Feitos os registros a comissão eleitoral formalizará as inscrições das chapas eleitorais, com as indicações dos cargos e dos nomes dos candidatos, com o título-programa, se houver.

§ 7º - Em caso de inscrição de chapa única, esta será tida como eleita por aclamação através de documento formal expedido pelo Presidente da Comissão Eleitoral, dispensando a publicação que se refere no parágrafo seguinte.

§ 8º - O resultado final das eleições será publicado em veículo de ampla divulgação no prazo de até 03 (três) dias úteis.

Art. 62 – São inelegíveis:





I – Os associados que não estiverem em dia com as suas mensalidades ou contribuições de qualquer natureza;

II – Os que não residirem no Estado;

III – Os associados que hajam sido admitidos há menos de um ano da eleição e/ou que não estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários,

IV - O associado que, exercer cargo de Secretário de Estado, Diretor na Polícia Civil ou outro órgão, e qualquer outro cargo diretamente subordinado ao Governador do Estado, bem como aqueles que ocupem cargos em comissão.

Parágrafo único – A inelegibilidade prevalecerá para as eleições que se realizarem durante o triênio para o qual o associado está considerado inelegível.

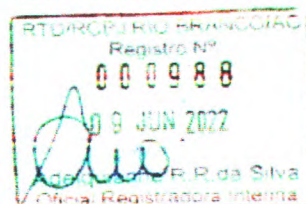
Art. 63 – Os trabalhos de eleição serão iniciados às nove horas e encerrados às dezessete horas, processando-se da seguinte forma:

I – Às nove horas instalar-se-á a Mesa Eleitoral composta do Conselho Administrativo da ADEPOL/AC (Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho de Ética) ou, pelo menos, de três de seus membros, dela podendo fazer parte um fiscal representando cada um dos candidatos que encabeçam chapas completas, devidamente credenciados, e, bem assim, os associados previamente convidados pelo Presidente da Mesa, para escrutinadores, através de indicação dos presentes.

II – Caso não compareçam membros do Conselho Administrativo em número suficiente para a composição da Mesa, aquele que estiver presente escolherá dentre os associados, os que forem necessários à sua composição. Na ausência de todos os membros do Conselho Administrativo da Assembléia, por aclamação, fará a composição da Mesa Eleitoral;

III – O associado eleitor, nos termos deste Estatuto e dentro do horário mencionado no *caput* deste artigo, se apresentará ao Presidente da Mesa e lançará sua assinatura no livro próprio destinado a esse fim, depositando, em seguida na urna, o seu voto em envelope fechado, podendo os fiscais examinar a situação do eleitor quando houver dúvidas.

IV – As impugnações serão recebidas pela Mesa Eleitoral e o Presidente as decidirá, de imediato;





V – Às dezessete horas em ponto, o Presidente da Mesa Eleitoral, declarando terminada a votação mandará encerrar o livro respectivo, que será assinado pelos componentes da Mesa, Fiscais e Escrutinadores que o desejarem. A seguir, aberta a urna receptora pelo Presidente e dela retirados os envelopes, cujo numero deverá ser igual ao das assinaturas constantes do livro refendo mais os votos enviados por via postal, serão os mesmos abertos e lidos em voz alta;

VI – Finda a apuração, o Presidente da Mesa proclamará vencedora a chapa eleitoral mais votada;

VII – Encerradas as eleições, de tudo se lavrará, em seguida, a competente ata;

VIII – A ADEPOL/AC dispensará o que for necessário à realização das eleições.

§ 1º - Em caso da existência de eleitores presentes e que ainda não tenham votado no momento do encerramento das eleições, serão distribuídas senhas e garantido o direito ao voto.

§ 2º - A data da posse da Diretoria eleita deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a publicação final do resultado das eleições

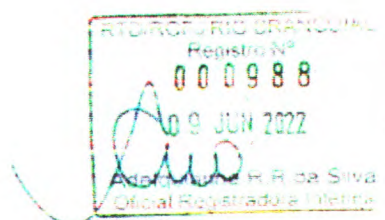
Art. 64 – Os votos e os respectivos envelopes, conferidos, serão arquivados na Secretaria da ADEPOL/AC, até trinta dias após a apuração.

Art. 65 – A secretaria da ADEPOL/AC providenciará todo o material eleitoral, com a antecedência mínima de três dias da data da eleição.

Art. 66 – Serão computados somente os votos que obedecerem às formalidades deste capítulo e recebidos até o momento de encerramento da votação.

Parágrafo único – Serão considerados nulos os votos que contiverem quaisquer vícios.

Art. 67 – No caso de vacância de cargos na Diretoria Executiva, reunir-se-á o Conselho Administrativo, no prazo de quinze dias, a contar da data em que se verificar a vaga, e procederá, indiretamente, à eleição para seu preenchimento



29

Parágrafo único – O associado eleito será empossado, imediatamente, se estiver presente, e dentro de oito dias se ausente, sob pena de ser considerado como tendo renunciado ao cargo para o qual tenha sido eleito.

TÍTULO VII  
DA REFORMA DO ESTATUTO



Art. 68 – A Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e os associados, poderão propor a alteração do Estatuto, observados os requisitos exigidos previamente estabelecido neste instrumento.

§ 1º - As alterações propostas serão submetidas à apreciação e votação da Assembleia Geral, convocada para tal fim, devendo ser aprovadas por maioria relativa.

§ 2º - As modificações aprovadas serão registradas no cartório competente e anexada a este Estatuto.

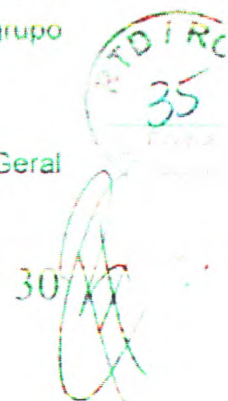
§ 3º - A proposta de reforma do Estatuto, quando de iniciativa dos associados, deverá conter 1/3 (um terço) de assinaturas dos associados que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 69 – A proposta de reforma do Estatuto por iniciativa dos associados será entregue na Secretaria mediante recibo, devendo o Presidente, no prazo de até dez dias, formar uma Comissão de três membros, para, no prazo improrrogável de quinze dias, examinar a proposta e apresentar sugestões.

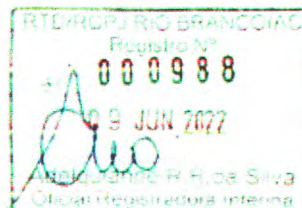
Parágrafo único – Apresentado o trabalho pela Comissão, deverá o Presidente convocar Assembleia Geral Extraordinária para apreciar a proposta de alteração no prazo máximo de quinze dias.

Art. 70 – A proposta de reforma do Estatuto por iniciativa da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal deverá conter as alterações julgadas necessárias e ficará à disposição dos associados na sede da ADEPOL/AC e por meio eletrônico através de email e/ou grupo de conversa online pelo período de cinco dias para propor sugestões por escrito.

Parágrafo único – Concomitantemente, deverá ser convocada a Assembleia Geral Extraordinária para aprovar, no todo ou em parte, a reforma do Estatuto.







## TÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 71 – A Diretoria Executiva da ADEPOL/AC, ouvida a Assembléia Geral, poderá promover a filiação da Entidade, a que se refere este Estatuto, a outras de âmbito nacional ou internacional.

Art. 72 – A primeira eleição da Diretoria Executiva subsequente ao registro do presente Estatuto atualizado será feita em até 30 dias, obedecendo aos ritos por ele estabelecidos.

Parágrafo Único – O mandato da atual Diretoria Executiva estenderá até a posse da nova diretoria nos termos deste artigo.

Art. 73 – A Diretoria da ADEPOL/AC fica autorizada, ouvido o Conselho Fiscal, a estabelecer convênio ou condomínio, no interesse de seus sócios e da classe policial, com qualquer entidade oficial, paraestatal, autárquica ou privada.

Art. 74 – Fica fixada em R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) a mensalidade dos associados contribuintes alterando-se o valor, na forma prevista neste Estatuto.

Art. 75 – A dissolução da ADEPOL/AC, fora dos casos previstos em lei, somente será decidida em Assembleia Geral Extraordinária, convocada única e exclusivamente para esse fim, com presença mínima de 3/4 (três quartos) dos membros e pelo voto de, pelo menos 2/3 (dois terços) dos sócios efetivos, no gozo de seus direitos estatutários.

Parágrafo único – Em caso de dissolução da ADEPOL/AC, a Assembleia Geral será convocada para deliberar sobre o assunto, bem como a destinação dos bens e patrimônio.

Art. 76 – Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva da ADEPOL/AC.

Art. 77 – Este Estatuto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Estatuto anterior.

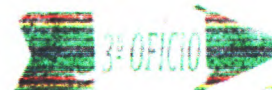


Reconheço e dou fé, como autêntica a firma de: PEDRO HENRIQUE RESENDE OLIVEIRA CAMPOS, RIO BRANCO/AC, 09 de junho de 2021.



Assessor: Tereza Vellozo da Silva, Escrevente Autorizada  
Nº 1410, Assessoria Jurídica do Poder Judiciário, Rua: ADEPOL/AC, 09 de junho de 2021.

Rio Branco/AC, 27 de agosto de 2021.





**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS**

Adelquianne Regina R. da Silva - Oficial Registradora Interina  
Rua Silveira Cabral, 334 - Jd. Santa Helena - Rio Branco/AC  
Fone: (68) 3223-5401 - E-mail: adelquianne@ac.gov.br

**3ª Alteração do Estatuto - Protocolo nº 21724. Registro nº 988 Arquivado no Liv. 367 Fhs. 49/84**

**Adelquianne R. R. da Silva - Oficial Registradora Interina**  
Emolumentos R\$ 264,44 - Fundo Fisco R\$ 31,11 - Fundo  
Comp R\$ 15,56. Total R\$ 311,10  
A500006E8D-6F7D8. A500006E8E-F3176 A500006E8F-25BDE  
A500006E90-DA649 A500006E91-7E2C0

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS**

Adelquianne Regina R. da Silva - Oficial Registradora Interina  
Rua Silveira Cabral, 334 - Jd. Santa Helena - Rio Branco/AC  
Fone: (68) 3223-5401 - E-mail: adelquianne@ac.gov.br

Tribunal de Justiça do Estado do Acre  
14 - Registro de Títulos e Documentos e Registro  
Civil das Pessoas Jurídicas de Rio Branco  
**Selo: A500006E8D - Chave: 6F7D8 4C3**  
Data/Hora: 09/06/2022 08:12:27  
Camilly Vitória Nogueira da Silva  
Valor Total: R\$ 67,60  
Folhas: R\$ 2,88 - Fundo: R\$ 5,74  
Consulte a autenticidade  
selo tjac.jus.br

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS**

Adelquianne Regina R. da Silva - Oficial Registradora Interina  
Rua Silveira Cabral, 334 - Jd. Santa Helena - Rio Branco/AC  
Fone: (68) 3223-5401 - E-mail: adelquianne@ac.gov.br

Tribunal de Justiça do Estado do Acre  
14 - Registro de Títulos e Documentos e Registro  
Civil das Pessoas Jurídicas de Rio Branco  
**Selo: A500006E8E - Chave: F3176 6G5**  
Data/Hora: 09/06/2022 08:12:27  
Camilly Vitória Nogueira da Silva  
Valor Total: R\$ 49,60  
Folhas: R\$ 2,47 - Fundo: R\$ 4,90  
Consulte a autenticidade  
selo tjac.jus.br

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS**

Adelquianne Regina R. da Silva - Oficial Registradora Interina  
Rua Silveira Cabral, 334 - Jd. Santa Helena - Rio Branco/AC  
Fone: (68) 3223-5401 - E-mail: adelquianne@ac.gov.br

Tribunal de Justiça do Estado do Acre  
14 - Registro de Títulos e Documentos e Registro  
Civil das Pessoas Jurídicas de Rio Branco  
**Selo: A500006E8F - Chave: 25BDE 4B2**  
Data/Hora: 09/06/2022 08:12:27  
Camilly Vitória Nogueira da Silva  
Valor Total: R\$ 44,80  
Folhas: R\$ 2,24 - Fundo: R\$ 4,48  
Consulte a autenticidade  
selo tjac.jus.br

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS**

Adelquianne Regina R. da Silva - Oficial Registradora Interina  
Rua Silveira Cabral, 334 - Jd. Santa Helena - Rio Branco/AC  
Fone: (68) 3223-5401 - E-mail: adelquianne@ac.gov.br

Tribunal de Justiça do Estado do Acre  
14 - Registro de Títulos e Documentos e Registro  
Civil das Pessoas Jurídicas de Rio Branco  
**Selo: A500006E90 - Chave: DA649 4C2**  
Data/Hora: 09/06/2022 08:12:27  
Camilly Vitória Nogueira da Silva  
Valor Total: R\$ 63,80  
Folhas: R\$ 2,70 - Fundo: R\$ 5,68  
Consulte a autenticidade  
selo tjac.jus.br

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS**

Adelquianne Regina R. da Silva - Oficial Registradora Interina  
Rua Silveira Cabral, 334 - Jd. Santa Helena - Rio Branco/AC  
Fone: (68) 3223-5401 - E-mail: adelquianne@ac.gov.br

Tribunal de Justiça do Estado do Acre  
14 - Registro de Títulos e Documentos e Registro  
Civil das Pessoas Jurídicas de Rio Branco  
**Selo: A500006E91 - Chave: 7E2C0 4C4**  
Data/Hora: 09/06/2022 08:12:28  
Camilly Vitória Nogueira da Silva  
Valor Total: R\$ 105,40  
Folhas: R\$ 5,28 - Fundo: R\$ 10,54  
Consulte a autenticidade  
selo tjac.jus.br

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS**

Adelquianne Regina R. da Silva - Oficial Registradora Interina  
Rua Silveira Cabral, 334 - Jd. Santa Helena - Rio Branco/AC  
Fone: (68) 3223-5401 - E-mail: adelquianne@ac.gov.br

Registro nº: 00988, Livro A - 00367, Folha 49 Averbação:  
Certifico que a presente 3ª Alteração de Estatuto refere-se  
ao Estatuto Registrado em 06/02/2011, sob Registro nº  
00988, do Livro A - 00070, Folha 156. Do que dou Fé.  
Adelquianne R. R. da Silva - Rio Branco/AC, 09 de junho de  
2022. Registradora Interina



**ESTADO DO ACRE**

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ACRE - PCAC

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RAIMUNDO HERMINIO DE MELO - IIRHM

**PRONTUÁRIO CIVIL**

CIN 289.302 - 2ª VIA Emissão 12/04/2019 10: Cédula N/D  
Nome MARCUS JOSÉ DA SILVA CABRAL  
Nome social  
Filiação 1 ERASMO MARTINS CABRAL  
Filiação 2 DILARA RODRIGUES DA SILVA CABRAL  
Filiação 3  
Filiação 4  
Nascimento 26/09/1978 Estado civil CASADO Sexo MASCULINO  
Nacionalidade BRASILEIRO País de origem BRASIL  
Naturalidade CRUZEIRO DO SUL AC  
Profissão Policial, Agente, Investigador, Delegado de Polícia e outros servidores das car

Observações DELEGADO GERAL ADJUNTO

Logradouro RUA JOÃO FRANCISCO DA CUNHA Q D CASA 16 Nº 248  
Complemento CASA Bairro VILA IVONETE  
Cidade RIO BRANCO - AC CEP 69918-632  
Contatos

CPF 632.704.122-15 Identidade profissional 1  
CNH 00651258287 Identidade profissional 2  
CNS 706409666496887 Identidade profissional 3  
DNI CTPS 15867  
Cert. militar 310722109363 Série CTPS 0004  
Título de eleitor 003214442437 UF CTPS AC  
NIS/PIS/PASEP 12615439008  
Certidão CC 1506 - L.B8 - F.85 - RIO BRANCO - AC

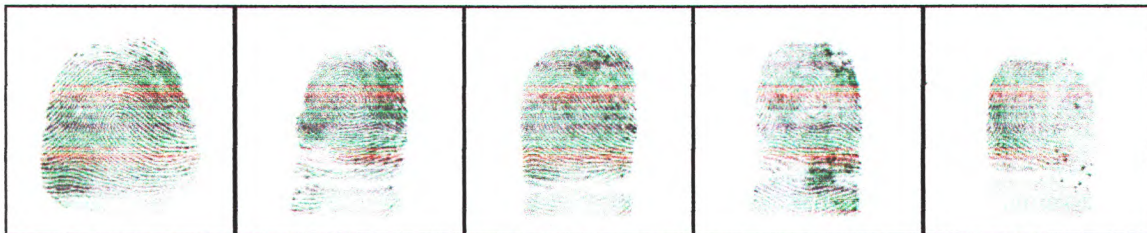
Matrícula

Observações Dados importados do sistema Montreal DELEGADO GERAL ADJUNTO

Necessidades especiais Nenhuma  
Cutis PARDA  
Cabelos PRETOS  
Olhos CASTANHOS  
Tipo sang B+  
Altura 1,82

Assinatura do identificado

Direita



Polegar

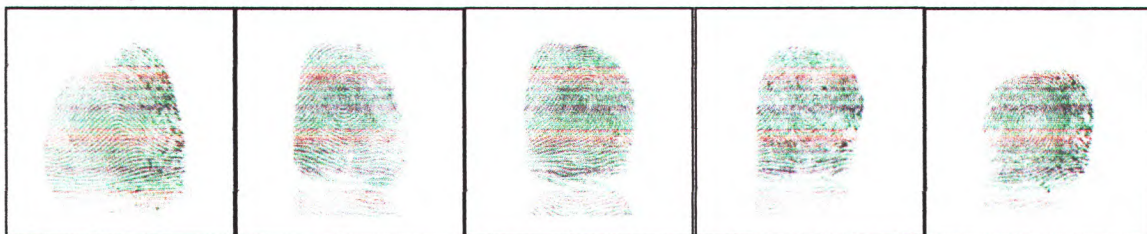
Indicador

Médio

Anelar

Mínimo

Esquerda



JUNIOR CÉSAR DA SILVA  
DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Emissão 26/08/2024 10:48

Login felipe.ciampi

Posto RG POLICARBONATO

Protocolo CQII9W-7URX24

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE**  
**Serventia de Registro de Distribuição da Comarca de Rio Branco**

**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL**

Em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) anteriores a data de 21/08/2024, CERTIFICAMOS que:

**NADA CONSTA** nas Comarcas informatizadas do Estado do Acre contra **Danilo Cesar Regis Almeida**, filho de Jorge Batista de Almeida e filho de Laura Menezes Regis Almeida, nascido aos 23/07/1988, ou vinculado ao **RG 920278060, CPF 036.294.025-85**.

---

**Observações:**

- a) A presente certidão abrange todas as competências criminais, inclusive da Justiça Militar Estadual, exceto as de execuções penais.
  - b) Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.
  - c) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (<http://www.tjac.jus.br/>), no item "Conferência de Certidão".
- 

Rio Branco (AC), 22 de agosto de 2024.

**CERTIDÃO Nº:** 002359523  
0002359523

**PEDIDO Nº:**



FOLHA: 1/1



**ESTADO DO ACRE**

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ACRE - PCAC

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RAIMUNDO HERMINIO DE MELO - IIRHM

**PRONTUÁRIO CIVIL**

CIN 058.559-A - 1ª VIA Emissão 24/06/2020 09: Cédula 104221  
Nome DANILO CÉSAR REGIS ALMEIDA  
Nome social  
Filiação 1 JORGE BATISTA DE ALMEIDA  
Filiação 2 LAURA MENEZES REGIS ALMEIDA  
Filiação 3  
Filiação 4  
Nascimento 23/07/1988 Estado civil CASADO Sexo MASCULINO  
Nacionalidade BRASILEIRO País de origem BRASIL  
Naturalidade JUAZEIRO BA  
Profissão DELEGADO DE POLICIA CIVIL

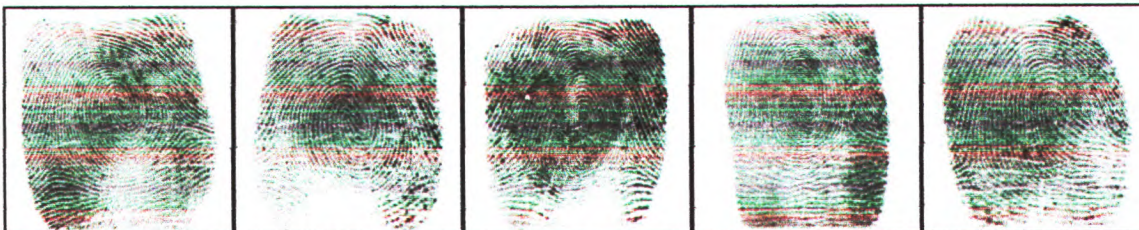
**Observações**

Logradouro TRAV. DOM ROMUALDO COELHO N° 829  
Complemento AP 1501 Bairro UMARIZAL  
Cidade BELÉM - PA CEP 66055-190  
Contatos (91)98300-7025

CPF 036.294.025-85 Identidade profissional 1  
CNH 05127700010 Identidade profissional 2  
CNS Identidade profissional 3  
DNI CTPS  
Cert. militar 172213050260 Série CTPS  
Título de eleitor 128664100507 UF CTPS  
NIS/PIS/PASEP 19033692042  
Certidão CC 15843 - L.B-53 - F.243 - BELÉM-PA  
Matrícula  
Observações

Necessidades especiais Nenhuma  
Cutis PARDA  
Cabelos PRETO  
Olhos CASTANHO  
Tipo sang O-  
Altura 1,8

*Daniло César Regis Almeida*

**Assinatura do identificado****Direita**

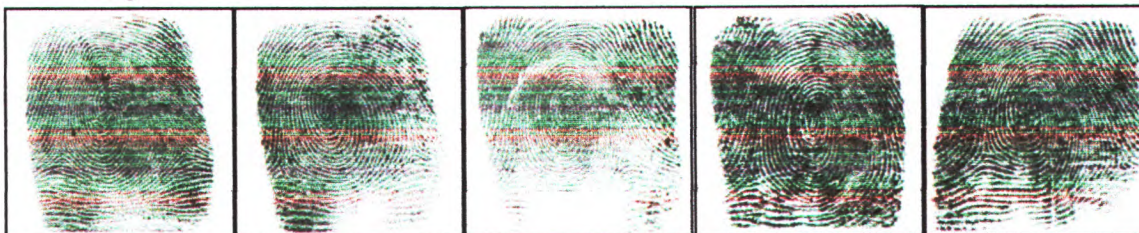
Polegar

Indicador

Médio

Anelar

Mínimo

**Esquerda**

JUNIOR CÉSAR DA SILVA  
DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Emissão 26/08/2024 10:38

Login felipe.ciampi

Posto INSTITUTO (ATENDIMENTO)

Protocolo

BE7I8L-KI6HDF

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE**  
**Serventia de Registro de Distribuição da Comarca de Rio Branco**

**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL**

Em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) anteriores a data de 25/08/2024, CERTIFICAMOS que:

**NADA CONSTA** nas Comarcas informatizadas do Estado do Acre contra **Bruno Coelho Oliveira**, filho de Cleumar Luiz de Oliveira e filho de Vera Lúcia Coelho Oliveira, nascido aos 15/02/1989, ou vinculado ao **RG 058.577-A, CPF 025.184.911-20**.

---

**Observações:**

- a) A presente certidão abrange todas as competências criminais, inclusive da Justiça Militar Estadual, exceto as de execuções penais.
  - b) Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.
  - c) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (<http://www.tjac.jus.br/>), no item "Conferência de Certidão".
- 

Rio Branco (AC), 26 de agosto de 2024.

**CERTIDÃO Nº:** 002360867  
0002360867

**PEDIDO Nº:**



FOLHA: 1/1



**ESTADO DO ACRE**

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ACRE - PCAC

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RAIMUNDO HERMINIO DE MELO - IIRHM

**PRONTUÁRIO CIVIL**

**CIN** 058.577-A - 1ª VIA **Emissão** 24/06/2020 11: **Cédula** 104302  
**Nome** BRUNO COELHO OLIVEIRA  
**Nome social**  
**Filiação 1** CLEUMAR LUIZ DE OLIVEIRA  
**Filiação 2** VERA LÚCIA COELHO OLIVEIRA  
**Filiação 3**  
**Filiação 4**  
**Nascimento** 15/02/1989 **Estado civil** DIVORCIADO **Sexo** MASCULINO  
**Nacionalidade** BRASILEIRO **País de origem** BRASIL  
**Naturalidade** GOIATUBA GO  
**Profissão** DELEGADO DE POLICIA CIVIL

**Observações**

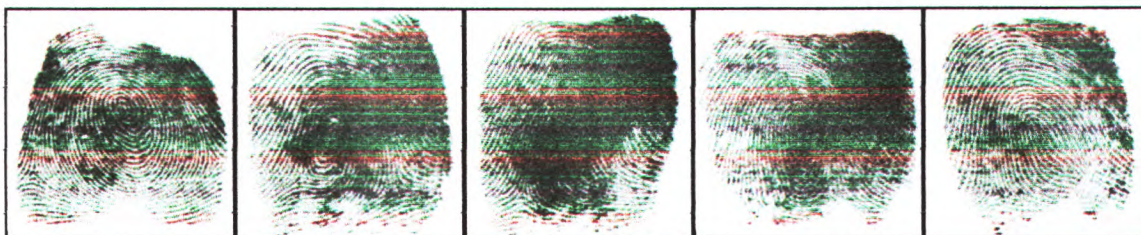
<b>Logradouro</b>	RUA. FLOR DE MAIO Q B. LT 10	<b>Nº</b>	S/N
<b>Complemento</b>	CASA	<b>Bairro</b>	SETOR FENIX
<b>Cidade</b>	EDÉIA - GO	<b>CEP</b>	75940-000
<b>Contatos</b>	(64)98151-2473		

<b>CPF</b>	025.184.911-20	<b>Identidade profissional 1</b>
<b>CNH</b>	04088454605	<b>Identidade profissional 2</b>
<b>CNS</b>		<b>Identidade profissional 3</b>
<b>DNI</b>		<b>CTPS</b>
<b>Cert. militar</b>	071412023393	<b>Série CTPS</b>
<b>Título de eleitor</b>	059044971074	<b>UF CTPS</b>
<b>NIS/PIS/PASEP</b>	20121126476	
<b>Certidão</b>	CC DIV. 130333 - L.B-653 - F.33 - GOIÂNIA-GO	
<b>Matrícula</b>		
<b>Observações</b>		

**Necessidades especiais** Nenhuma  
**Cutis** BRANCA  
**Cabelos** PRETO  
**Olhos** CASTANHO  
**Tipo sang** O+  
**Altura** 1,76

Assinatura do identificado

Direita



Polegar

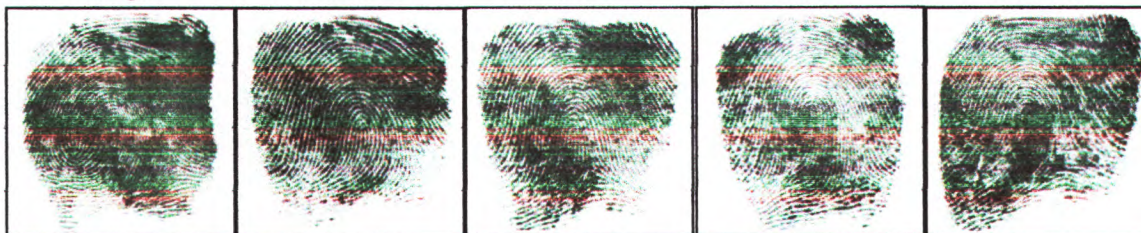
Indicador

Médio

Anelar

Mínimo

Esquerda



JUNIOR CESAR DA SILVA  
DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

**Emissão** 26/08/2024 10:40**Login** felipe.ciampi**Posto** INSTITUTO (ATENDIMENTO)**Protocolo** BERPKH-VQE312

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE**  
**Serventia de Registro de Distribuição da Comarca de Rio Branco**

**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL**

Em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) anteriores a data de 25/08/2024, CERTIFICAMOS que:

**NADA CONSTA** nas Comarcas informatizadas do Estado do Acre contra **Dione dos Anjos Lucas**, filho de Jocenil Angelo Lucas e filho de Onicia dos Anjos Lucas, nascido aos 02/10/1980, ou vinculado ao **RG 064.000-A, CPF 667.407.382-20**.

---

**Observações:**

- a) A presente certidão abrange todas as competências criminais, inclusive da Justiça Militar Estadual, exceto as de execuções penais.
  - b) Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.
  - c) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (<http://www.tjac.jus.br/>), no item "Conferência de Certidão".
- 

Rio Branco (AC), 26 de agosto de 2024.

**CERTIDÃO Nº:** 002360899  
0002360899

**PEDIDO Nº:**



FOLHA: 1/1



**ESTADO DO ACRE**

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ACRE - PCAC

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RAIMUNDO HERMINIO DE MELO - IIRHM

**PRONTUÁRIO CIVIL**

CIN 064.000-A - 1ª VIA Emissão 04/12/2020 08: Cédula 121629  
Nome DIONE DOS ANJOS LUCAS  
Nome social  
Filiação 1 JOCENIL ANGELO LUCAS  
Filiação 2 ONICIA DOS ANJOS LUCAS  
Filiação 3  
Filiação 4  
Nascimento 02/10/1980 Estado civil CASADO Sexo MASCULINO  
Nacionalidade BRASILEIRO País de origem BRASIL  
Naturalidade OURO PRETO DO OESTE RO  
Profissão DELEGADO DE POLICIA CIVIL

**Observações**

Logradouro RUA CACOAL Nº 221  
Complemento CASA  
Cidade JI-PARANÁ - RO Bairro DOM BOSCO  
CEP 76907-721  
Contatos

CPF 667.407.382-20 Identidade profissional 1  
CNH 03315159809 Identidade profissional 2  
CNS Identidade profissional 3  
DNI CTPS  
Cert. militar Série CTPS  
Título de eleitor UF CTPS  
NIS/PIS/PASEP  
Certidão CC 5227 - L.B-21 - F.126 - JI PARANÁ - RO  
Matrícula  
Observações

Necessidades especiais Nenhuma  
Cutis PARDA  
Cabelos PRETO  
Olhos PRETO  
Tipo sang O+  
Altura 1,8

Assinatura do identificado

Direita



Polegar

Indicador

Médio

Anelar

Mínimo

Esquerda



  
JUNIOR CESAR DA SILVA  
DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Emissão 26/08/2024 11:00  
Login felipe.ciampi  
Posto INSTITUTO (ATENDIMENTO)

Protocolo BETSH9-73XPZ1

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE**  
**Serventia de Registro de Distribuição da Comarca de Rio Branco**

**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL**

Em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) anteriores a data de 21/08/2024, CERTIFICAMOS que:

**NADA CONSTA** nas Comarcas informatizadas do Estado do Acre contra **Pedro Henrique Resende Teixeira Campos**, filho de Jairo Teixeira Junior e filho de Lurdimar Goncalves Resende Teixeira, nascido aos 19/12/1984, ou vinculado ao **RG 4438152, CPF 004.999.741-66**.

---

**Observações:**

- a) A presente certidão abrange todas as competências criminais, inclusive da Justiça Militar Estadual, exceto as de execuções penais.
  - b) Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.
  - c) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (<http://www.tjac.jus.br/>), no item "Conferência de Certidão".
- 

Rio Branco (AC), 22 de agosto de 2024.

**CERTIDÃO Nº:** 002359562  
0002359562

**PEDIDO Nº:**



FOLHA: 1/1



**ESTADO DO ACRE**

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ACRE - PCAC

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RAIMUNDO HERMINIO DE MELO - IIRHM

**PRONTUÁRIO CIVIL**

**CIN** 004.999.741-66 - 1ª VIA **Emissão** 21/07/2023 12: **Cédula** 10000384538  
**Nome** PEDRO HENRIQUE RESENDE TEIXEIRA CAMPOS  
**Nome social**  
**Filiação 1** JAIRO TEIXEIRA JÚNIOR  
**Filiação 2** LURDIMAR GONÇALVES RESENDE TEIXEIRA  
**Filiação 3**  
**Filiação 4**  
**Nascimento** 19/12/1984 **Estado civil** CASADO **Sexo** MASCULINO  
**Nacionalidade** BRASILEIRO **País de origem** BRASIL  
**Naturalidade** ANÁPOLIS GO  
**Profissão** DELEGADO DE POLICIA CIVIL

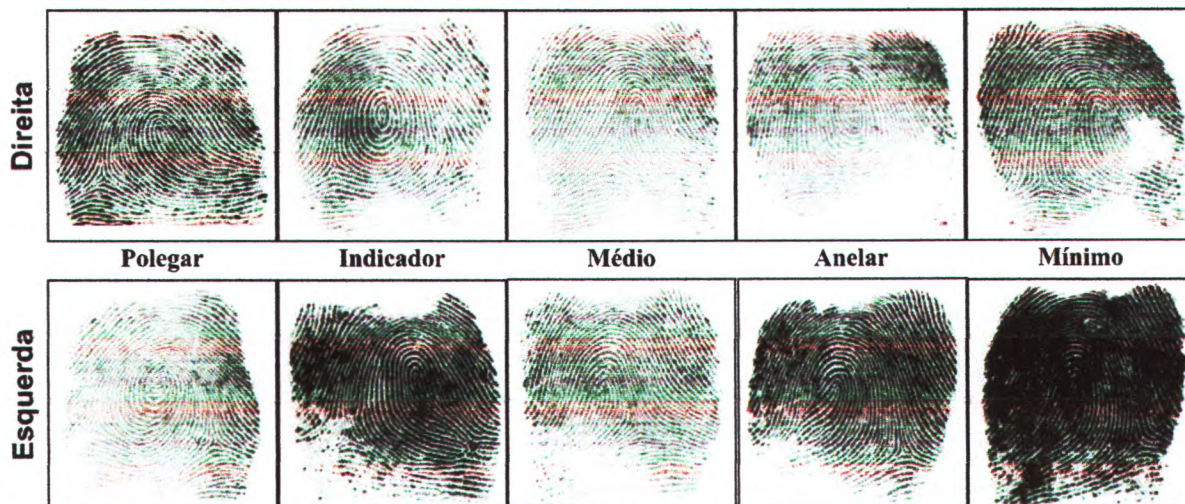
**Observações**

<b>Logradouro</b>	TUCUNARE	<b>Nº</b>	411
<b>Complemento</b>	CASA 0222	<b>Bairro</b>	PORTAL DA AMAZÔNIA
<b>Cidade</b>	RIO BRANCO - AC	<b>CEP</b>	69915676
<b>Contatos</b>	(68)98402-5081		

<b>CPF</b>	004.999.741-66	<b>Identidade profissional 1</b>	PC-AC 9290052-1
<b>CNH</b>	02858826934	<b>Identidade profissional 2</b>	
<b>CNS</b>	708901743982919	<b>Identidade profissional 3</b>	
<b>DNI</b>		<b>CTPS</b>	
<b>Cert. militar</b>		<b>Série CTPS</b>	
<b>Título de eleitor</b>	050271091015	<b>UF CTPS</b>	
<b>NIS/PIS/PASEP</b>			
<b>Certidão</b>	CC 8697 - L.B-41 - F.5 - 3º RIO BRANCO - AC		
<b>Matrícula</b>			
<b>Observações</b>			

**Necessidades especiais** Nenhuma  
**Cutis** BRANCA  
**Cabelos** CASTANHOS  
**Olhos** CASTANHOS  
**Tipo sang** A+  
**Altura** 1,76

Assinatura do identificado

JUNIOR CESAR DA SILVA  
DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

**Emissão** 26/08/2024 10:03  
**Login** felipe.ciampi  
**Posto** INSTITUTO (ATENDIMENTO)

**Protocolo** AAYRX4-MVHIEAQ

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE**  
**Serventia de Registro de Distribuição da Comarca de Rio Branco**

**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL**

Em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) anteriores a data de 25/08/2024, CERTIFICAMOS que:

**NADA CONSTA** nas Comarcas informatizadas do Estado do Acre contra **Jose Messias Ribeiro**, filho de Lauro Gomes Ribeiro e filho de Amazonina da Silva Ribeiro, nascido aos 30/12/1956, ou vinculado ao **RG 046.068, CPF 035.805.472-91**.

---

**Observações:**

- a) A presente certidão abrange todas as competências criminais, inclusive da Justiça Militar Estadual, exceto as de execuções penais.
  - b) Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.
  - c) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (<http://www.tjac.jus.br/>), no item "Conferência de Certidão".
- 

Rio Branco (AC), 26 de agosto de 2024.

**CERTIDÃO Nº:** 002360784  
0002360784

**PEDIDO Nº:**



FOLHA: 1/1



**ESTADO DO ACRE**

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ACRE - PCAC

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RAIMUNDO HERMINIO DE MELO - IIRHM

**PRONTUÁRIO CIVIL**

CIN 046.068 - 2ª VIA Emissão 03/04/2014 17: Cédula 1009426  
Nome JOSE MESSIAS RIBEIRO  
Nome social  
Filiação 1 LAURO GOMES RIBEIRO  
Filiação 2 AMAZONINA DA SILVA RIBEIRO  
Filiação 3  
Filiação 4  
Nascimento 30/12/1956 Estado civil CASADO Sexo MASCULINO  
Nacionalidade BRASILEIRO País de origem BRASIL  
Naturalidade RIO BRANCO AC  
Profissão Aposentado do Ex-Territorio do Acre

**Observações**

Logradouro RUA VIOLETA Nº 99  
Complemento CASA Bairro TROPICAL  
Cidade RIO BRANCO - AC CEP 69900-000  
Contatos

CPF 035.805.472-91 Identidade profissional 1  
CNH Identidade profissional 2  
CNS Identidade profissional 3  
DNI CTPS  
Cert. militar Série CTPS  
Título de eleitor UF CTPS  
NIS/PIS/PASEP

Certidão CC 774 - L.BAUX02 - F.108V - RIO BRANCO - AC

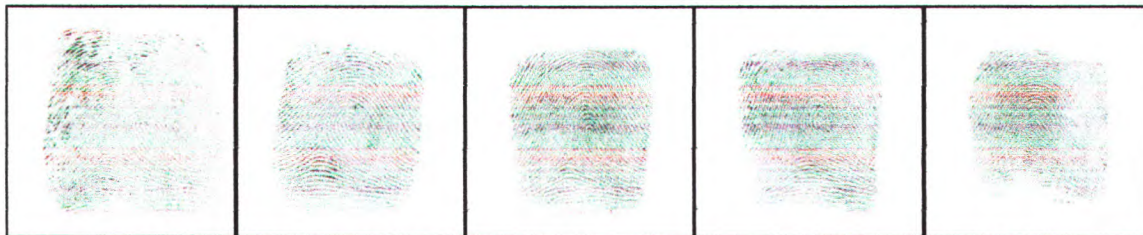
Matrícula

Observações Dados importados do sistema Montreal

Necessidades especiais Nenhuma  
Cutis PARDA  
Cabelos GRISALHOS  
Olhos CASTANHOS  
Tipo sang  
Altura 1,83

Assinatura do identificado

Direita



Polegar

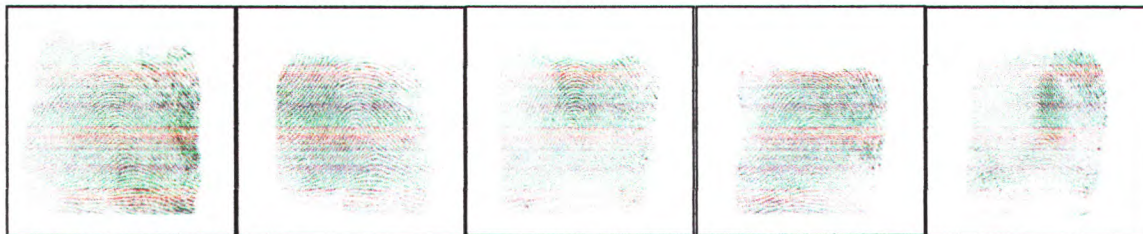
Indicador

Médio

Anelar

Mínimo

Esquerda



JUNIOR CESAR DA SILVA  
DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Emissão 26/08/2024 09:59

Protocolo

13005022

Login felipe.ciampi

Posto CARTEIRA FUNCIONAL DA POLÍCIA CIVIL

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE**  
**Serventia de Registro de Distribuição da Comarca de Rio Branco**

**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL**

Em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) anteriores a data de 25/08/2024, CERTIFICAMOS que:

**NADA CONSTA** nas Comarcas informatizadas do Estado do Acre contra **Rodrigo Noll Comaru**, filho de João Antonio Amado Comarú e filho de Rita Noll Comarú, nascido aos 08/04/1980, ou vinculado ao **RG 1285200-7, CPF 034.303.634-70**.

---

**Observações:**

- a) A presente certidão abrange todas as competências criminais, inclusive da Justiça Militar Estadual, exceto as de execuções penais.
  - b) Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.
  - c) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (<http://www.tjac.jus.br/>), no item "Conferência de Certidão".
- 

Rio Branco (AC), 26 de agosto de 2024.

**CERTIDÃO Nº:** 002360906  
0002360906

**PEDIDO Nº:**



FOLHA: 1/1



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE**  
**Serventia de Registro de Distribuição da Comarca de Rio Branco**

**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL**

Em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) anteriores a data de 25/08/2024, CERTIFICAMOS que:

**NADA CONSTA** nas Comarcas informatizadas do Estado do Acre contra **Railson Ferreira da Silva**, filho de Francisco Alexandre da Silva e filho de Maria Arací Ferreira da Silva, nascido aos 05/06/1983, ou vinculado ao **RG 405.078, CPF 725.034.672-53**.

---

**Observações:**

- a) A presente certidão abrange todas as competências criminais, inclusive da Justiça Militar Estadual, exceto as de execuções penais.
  - b) Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.
  - c) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (<http://www.tjac.jus.br/>), no item "Conferência de Certidão".
- 

Rio Branco (AC), 26 de agosto de 2024.

**CERTIDÃO Nº:** 002360908  
0002360908

**PEDIDO Nº:**



FOLHA: 1/1

**ESTADO DO ACRE**

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ACRE - PCAC

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RAIMUNDO HERMINIO DE MELO - IIRHM

**PRONTUÁRIO CIVIL**

**CIN** 1285200-7 - 1ª VIA **Emissão** 11/02/2014 16: **Cédula** 999540  
**Nome** RODRIGO NOLL COMARÚ  
**Nome social**  
**Filiação 1** JOÃO ANTONIO AMADO COMARÚ  
**Filiação 2** RITA NOLL COMARÚ  
**Filiação 3**  
**Filiação 4**  
**Nascimento** 08/04/1980 **Estado civil** SOLTEIRO **Sexo** MASCULINO  
**Nacionalidade** BRASILEIRO **País de origem** BRASIL  
**Naturalidade** RECIFE PE  
**Profissão** Policial, Agente, Investigador, Delegado de Polícia e outros servidores das car

**Observações**

**Logradouro** RUA ALMINO ALVES **Nº** 120  
**Complemento** CASA **Bairro** NOVA ESPERANÇA  
**Cidade** RIO BRANCO - AC **CEP** 69905-000  
**Contatos**





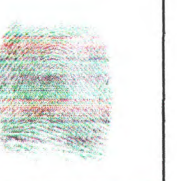



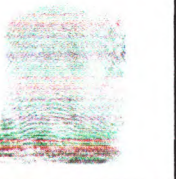
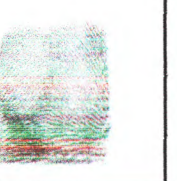
**CPF** 034.303.634-70 **Identidade profissional 1**  
**CNH** **Identidade profissional 2**  
**CNS** **Identidade profissional 3**  
**DNI** **CTPS**  
**Cert. militar** **Série CTPS**  
**Título de eleitor** **UF CTPS**

**NIS/PIS/PASEP**  
**Certidão** CN 31.246 - L.27A - F.23 - RECIFE - PE  
**Matrícula**

**Observações** Dados importados do sistema Montreal

**Necessidades especiais** Nenhuma  
**Cutis** BRANCA  
**Cabelos** CASTANHOS  
**Olhos** VERDES  
**Tipo sang**  
**Altura** 1,77

  
**Assinatura do identificado**

<b>Direita</b>					
	<b>Polegar</b>	<b>Indicador</b>	<b>Médio</b>	<b>Anelar</b>	<b>Mínimo</b>
<b>Esquerda</b>					

  
**JUNIOR CESAR DA SILVA**  
**DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO**

**Emissão** 26/08/2024 11:08

**Protocolo**

12880507

**Login** felipe.ciampi

**Posto** CARTEIRA FUNCIONAL DA POLÍCIA CIVIL





# ESTADO DO ACRE

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ACRE - PCAC

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RAIMUNDO HERMINIO DE MELO - IIRHM

## PRONTUÁRIO CIVIL



CIN 405.078 - 2ª VIA Emissão 25/04/2018 08: Cédula 22276  
Nome RAILSON FERREIRA DA SILVA  
Nome social  
Filiação 1 FRANCISCO ALEXANDRE DA SILVA  
Filiação 2 MARIA ARACÍ FERREIRA DA SILVA  
Filiação 3  
Filiação 4  
Nascimento 05/06/1983 Estado civil SOLTEIRO Sexo MASCULINO  
Nacionalidade BRASILEIRO País de origem BRASIL  
Naturalidade FEIJÓ AC  
Profissão SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL

### Observações

Logradouro TRAV. GUARANÍ Nº 417  
Complemento APTO 06  
Cidade RIO BRANCO - AC Bairro AVIÁRIO  
Contatos CEP 69900-000

CPF 725.034.672-53  
CNH  
CNS  
DNI  
Cert. militar  
Título de eleitor  
NIS/PIS/PASEP  
Certidão CN 0006377 - L.00006 - F.102 - FEIJÓ - AC  
Matrícula  
Observações

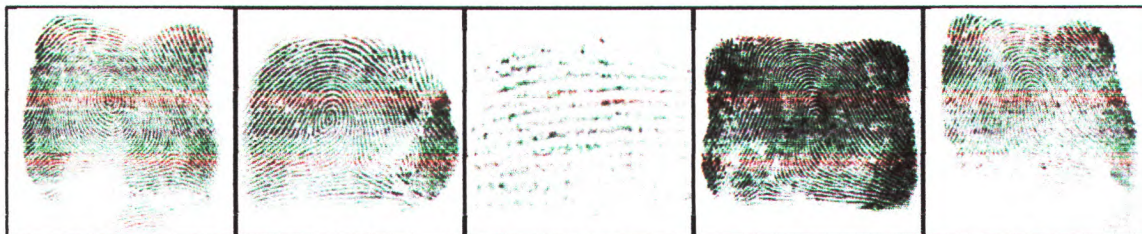
Identidade profissional 1  
Identidade profissional 2  
Identidade profissional 3  
CTPS  
Série CTPS  
UF CTPS

Necessidades especiais Nenhuma  
Cutis PARDA  
Cabelos PRETOS  
Olhos CASTANHOS  
Tipo sang  
Altura 1,71

*Railson Ferreira da Silva*

Assinatura do identificado

Direita



Polegar

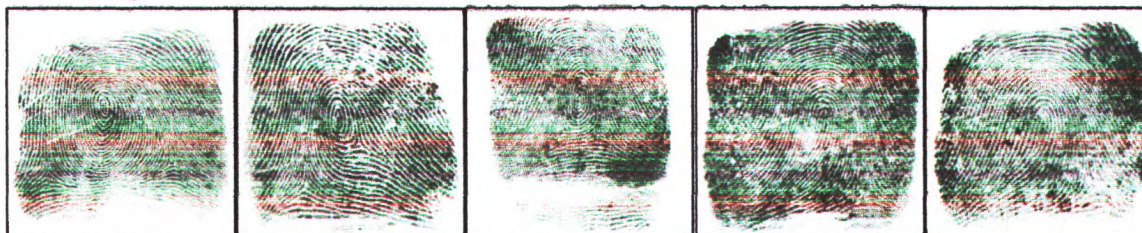
Indicador

Médio

Anelar

Mínimo

Esquerda



*JUNIOR CÉSAR DA SILVA*  
JUNIOR CÉSAR DA SILVA  
DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Emissão 26/08/2024 11:11  
Login felipe.ciampi  
Posto INSTITUTO (ATENDIMENTO)

Protocolo N726V-5PZ7Z

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE**  
**Serventia de Registro de Distribuição da Comarca de Rio Branco**

**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL**

Em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) anteriores a data de 25/08/2024, CERTIFICAMOS que:

**NADA CONSTA** nas Comarcas informatizadas do Estado do Acre contra **Associações dos Delegados de Polícia Civil do Estado do Acre**, ou vinculado ao CNPJ 14.361.844/0001-72.

---

**Observações:**

- a) A presente certidão abrange todas as competências cíveis, inclusive a de falência e de recuperação judicial/extrajudicial.
  - b) Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.
  - c) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (<http://www.tjac.jus.br/>), no item "Conferência de Certidão".
- 

Rio Branco (AC), 26 de agosto de 2024.

**CERTIDÃO Nº:** 002360916  
0002360916

**PEDIDO Nº:**



FOLHA: 1/1



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE**  
**Serventia de Registro de Distribuição da Comarca de Rio Branco**

**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO**  
**EXECUÇÃO FISCAL**

Em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) anteriores a data de 25/08/2024, CERTIFICAMOS que:

**NADA CONSTA** nas Comarcas informatizadas do Estado do Acre contra **Associação dos Delegados da Polícia Civil do Estado do Acre**, ou vinculado ao CNPJ 14.361.844/0001-72.

---

**Observações:**

- a) A presente certidão abrange somente os feitos de execução fiscal movidos pelas Fazendas Públicas Estadual e Municipal.
  - b) Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.
  - c) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (<http://www.tjac.jus.br/>), no item "Conferência de Certidão".
- 

Rio Branco (AC), 26 de agosto de 2024.

**CERTIDÃO Nº:** 002360917  
0002360917  
**PEDIDO Nº:**



FOLHA: 1/1

# PROJETO DELEGADO DO FUTURO

**Autor: Bruno Coelho Oliveira**



Bujari/AC

2023



## 1. Introdução

O projeto Delegado do Futuro é uma iniciativa abrangente e essencial para a promoção da cidadania e inclusão social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade no município de Bujari/AC. Através de uma série de ações educativas e informativas, o projeto visa não apenas informar, mas também inspirar e capacitar jovens a seguir um caminho positivo em suas vidas.

As atividades do projeto incluem palestras, dinâmicas e atividades interativas que abordam uma variedade de temas cruciais para o desenvolvimento pessoal e profissional dos participantes. Um dos principais focos é a importância da educação como um instrumento de transformação e oportunidade. Será enfatizada a democratização do ensino e o acesso à informação na era digital como ferramentas fundamentais para que os jovens possam alcançar seus sonhos, incluindo a possibilidade de seguir carreiras como a de delegado de polícia e outras igualmente relevantes no serviço público.

Além disso, o projeto tem como objetivo conscientizar os participantes sobre os perigos e as consequências negativas do envolvimento com atividades criminosas. Serão discutidos os riscos de serem explorados por organizações criminosas e a importância de fazer escolhas responsáveis e éticas para construir um futuro seguro e promissor.

Durante as dinâmicas do projeto, será simulada a preparação para concursos públicos, proporcionando aos participantes uma experiência prática das etapas envolvidas, como provas escritas e testes físicos (TAF). Essa abordagem prática visa não apenas despertar o interesse dos jovens por carreiras públicas, mas também prepará-los de maneira eficaz para enfrentar os desafios desses processos seletivos, principalmente concursos e vestibulares.

Um aspecto crucial do projeto é a promoção dos valores de respeito e cidadania. Será enfatizada a importância do respeito aos professores, pais e demais figuras de autoridade como base fundamental para um convívio social harmonioso e construtivo. Através dessas iniciativas integradas, não apenas tenta educar os jovens, mas também os motiva a se tornarem agentes de mudança positiva em suas comunidades.

Adicionalmente, o projeto buscará estabelecer parcerias com instituições locais, empresas e voluntários para ampliar seu alcance e impacto. A colaboração com esses parceiros permitirá oferecer recursos adicionais, orientação profissional e mentoria, enriquecendo ainda mais a experiência dos participantes e proporcionando oportunidades reais de crescimento pessoal e profissional.

Ao longo de sua implementação, o projeto será avaliado continuamente para garantir que esteja cumprindo seus objetivos e adaptando-se às necessidades específicas da comunidade de Bujari. Serão realizadas pesquisas de feedback e análises de impacto para medir o progresso e identificar áreas de melhoria, assegurando assim que o projeto seja eficaz e sustentável a longo prazo.

Por fim, o projeto visa não apenas transformar individualmente a vida dos jovens participantes, mas também contribuir para o desenvolvimento social e econômico de Bujari como um todo. Ao investir na educação, na capacitação e na conscientização dos jovens, o projeto cria uma base sólida para um futuro mais justo, seguro e próspero para todos os cidadãos da comunidade. O Delegado do Futuro representa um compromisso significativo com o empoderamento da juventude e a construção de um futuro melhor através da educação, do respeito e da promoção de valores éticos e cívicos. Este projeto é um exemplo inspirador de como iniciativas locais podem ter um impacto positivo duradouro na vida das pessoas e no desenvolvimento de suas comunidades.



## **2. Justificativa**

A cidade de Bujari, situada no interior do estado do Acre, enfrenta desafios significativos de ordem socioeconômica que impactam diretamente a vida de seus jovens. A falta de acesso a serviços essenciais como educação de qualidade, saneamento básico, saúde e oportunidades de emprego limita severamente as perspectivas de desenvolvimento dos jovens locais. Esse cenário de carências cria um ambiente propício para o recrutamento por parte de organizações criminosas, exacerbando os índices de criminalidade juvenil na região.

Diante dessa realidade complexa, o projeto assume um papel crucial como iniciativa preventiva, sendo atribuição precípua da Polícia Civil. Por meio de suas ações educativas e informativas, o projeto visa conscientizar os jovens sobre os perigos e consequências do envolvimento com o crime. Ao promover valores positivos como ética, cidadania e respeito às leis, o projeto não apenas busca reduzir a atratividade das atividades ilícitas, mas também empodera os jovens como agentes de transformação social em suas comunidades.

Uma das abordagens centrais do projeto é estimular o interesse dos jovens pela carreira policial. Ao apresentar as diferentes facetas da profissão, como delegado de polícia, escrivão e agente, o Delegado do Futuro mostra essas ocupações como opções viáveis e gratificantes para o futuro dos participantes. Isso não apenas desperta o interesse dos jovens por uma carreira no serviço público, mas também os prepara de maneira prática e realista para os desafios e responsabilidades dessa profissão crucial para a segurança e ordem pública.

Além de preparar os jovens para um futuro profissional sólido, o projeto busca gerar esperança e oportunidades através de ações motivadoras e de reconhecimento do potencial individual dos participantes. Ao proporcionar um ambiente de apoio e incentivo, contribui para a construção de um futuro mais promissor e inclusivo para a comunidade de Bujari. A valorização do mérito, do esforço e da dedicação pessoal é fundamental para inspirar os jovens a superar obstáculos e alcançar seus objetivos, contribuindo assim para o desenvolvimento integral e sustentável da região.

Em síntese, o projeto não apenas visa mitigar os índices de criminalidade juvenil em Bujari, mas também promover a educação cidadã, o fortalecimento dos valores éticos e a formação de uma nova geração de líderes comprometidos com o bem-estar social. Através de uma abordagem holística e integrada, o projeto se posiciona como uma resposta eficaz e necessária aos desafios enfrentados pela juventude local, proporcionando-lhes as ferramentas e oportunidades necessárias para construir um futuro mais seguro, justo e próspero para todos.

## **3. Público-alvo**

O projeto Delegado do Futuro direciona suas ações para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, residentes no município de Bujari/AC, com foco em alunos de escolas públicas, priorizando escolas localizadas em áreas com altos índices de criminalidade e carência de recursos; jovens em situação de risco, incluindo aqueles em desamparo familiar, envolvidos com drogas ou em conflito com a lei e minorias sociais, abordando com atenção as necessidades específicas de grupos como afrodescendentes, indígenas e pessoas com deficiência.



#### 4. Objetivos

**Objetivo Geral:** Promover a cidadania e a inclusão social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade no município de Bujari/AC, através da educação, da informação e da valorização de princípios éticos.

**Objetivos Específicos:** Conscientizar sobre os perigos do crime e suas consequências negativas; Incentivar o estudo e a busca por oportunidades de crescimento profissional; Estimular o respeito aos professores, pais e demais figuras de autoridade; Apresentar a carreira de delegado de polícia e outras profissões como uma opção viável e gratificante; Promover a integração social e o sentimento de pertencimento à comunidade; Contribuir para a redução da criminalidade e a construção de um futuro mais seguro.

#### 5. Metodologia

O projeto será implementado através de ações diversificadas e interativas, buscando atender às diferentes necessidades e estilos de aprendizagem do público-alvo. As principais atividades incluem palestras com a participação de delegados de polícia, escrivães, agentes, psicólogos, educadores sociais e outros profissionais, onde abordarão temas como os perigos do crime, a importância da educação, os desafios da carreira policial, técnicas de estudo e preparação para concursos públicos; dinâmicas através de jogos, simulações e atividades em grupo, os jovens serão incentivados a colocar em prática o que aprenderam nas palestras, desenvolvendo habilidades como trabalho em equipe, comunicação, resolução de problemas e liderança, e a última etapa será a simulação das etapas de um concurso público.

#### 6. Cronograma de Atividades

As atividades serão realizadas, inicialmente, em um período de 12 meses, dividido em etapas distintas, conforme o seguinte cronograma:

##### **Etapas 1: Mobilização e Divulgação**

- Reuniões com autoridades locais, diretores de escolas e representantes da comunidade para apresentar o projeto e buscar parcerias;
- Divulgação do projeto em escolas, redes sociais, rádios e outros meios de comunicação locais;
- Seleção dos participantes, com base em critérios previamente definidos.

##### **Etapas 2: Palestras e Dinâmicas**

- Realização de palestras semanais com temas relevantes para o público-alvo, ministradas por profissionais qualificados;
- Aplicação de dinâmicas interativas para complementar o aprendizado e promover a participação dos jovens, professores e pais;
- Convidados especiais, como ex-alunos que ingressaram na carreira policial, para compartilhar suas experiências e motivar os participantes.



### **Etapas 3: Simulação de Concurso Público**

- Simulação de todas as etapas de um concurso público para delegado de polícia, escrivão e agente, incluindo prova escrita e teste físico (TAF);
- Acompanhamento individualizado dos participantes, com feedback e orientação para aprimorar seu desempenho;
- Palestras específicas sobre técnicas de estudo e preparação para provas e testes.

### **Etapas 4: Culminância e Premiação**

- Cerimônia de encerramento do projeto, com a entrega de distintivos ilustrativos aos participantes;
- Homenagem aos destaques da simulação de concurso público;
- Convidados ilustres, como autoridades policiais e personalidades locais, prestigiaram o evento;
- Divulgação da experiência do projeto na mídia local, como forma de inspirar outros jovens e demais instituições.

### **Etapas 5: Monitoramento e Avaliação**

- Acompanhamento dos participantes após o término do projeto, para verificar o impacto das ações em suas vidas;
- Coleta de feedback dos participantes, familiares e demais envolvidos no projeto;
- Elaboração de um relatório final com os resultados do projeto, incluindo indicadores de sucesso e sugestões para aprimoramento em futuras edições.

## **7. Recursos Humanos**

A equipe do projeto **Delegado do Futuro** será composta por:

- **Coordenador:** Delegado de polícia com experiência em palestras e trabalho com jovens.
- **Palestrantes:** Delegados de polícia, escrivães, agentes, psicólogos, educadores sociais, professores e outros profissionais especializados nos temas abordados no projeto.
- **Monitores:** Estudantes de direito, pedagogia ou áreas afins, capacitados para auxiliar nas dinâmicas e atividades do projeto.
- **Equipe de apoio:** Voluntários da comunidade para auxiliar na logística, organização e divulgação do projeto.

## **8. Recursos Materiais**

Para a implementação do projeto, serão necessários os seguintes recursos materiais:

- **Espaço físico:** Escolas, centros comunitários ou outros locais adequados para a realização das atividades do projeto;
- **Materiais didáticos:** Apostilas, slides, cartazes, vídeos e outros materiais de apoio para as palestras e dinâmicas;
- **Equipamentos:** Computadores, projetores, telões e outros equipamentos audiovisuais para a apresentação de materiais;
- **Material de consumo:** Canetas, cadernos, lanches e outros materiais para os participantes;
- **Uniformes:** Camisetas ou bonés para identificar os participantes do projeto;
- **Distintivos:** Brindes para serem entregues aos participantes como reconhecimento de sua participação e conclusão das etapas do projeto.



## 9. Parcerias

O sucesso do projeto depende da colaboração de diversos parceiros, como:

- **Prefeituras:** Cedendo espaços físicos, materiais e apoio logístico para a realização das atividades;
- **Secretaria de Educação:** Facilitando o acesso às escolas e a participação dos alunos;
- **Polícia Civil do Acre:** Fornecendo palestrantes e colaborando na simulação de concurso público;
- **Universidades:** Oferecendo suporte técnico e científico para o projeto;
- **Empresas privadas:** Contribuindo com doações de materiais, brindes ou apoio financeiro;
- **Organizações da sociedade civil:** Auxiliando na divulgação do projeto e na mobilização da comunidade.

## 10. Sustentabilidade

A sustentabilidade do projeto **Delegado do Futuro** será garantida através de:


- **Captação de recursos:** Buscar parcerias com o poder público, empresas privadas e organizações da sociedade civil para custear as atividades do projeto;
- **Voluntariado:** Incentivar a participação de voluntários da comunidade para auxiliar na execução das atividades;
- **Divulgação:** Divulgar o projeto para a comunidade e buscar apoio popular;
- **Monitoramento e avaliação:** Realizar um acompanhamento constante do projeto para avaliar sua efetividade e identificar oportunidades de aprimoramento.

## 11. Considerações Finais

O projeto Delegado do Futuro tem o potencial de transformar a vida de muitos jovens em situação de vulnerabilidade no município de Bujari/AC. Através de ações educativas e informativas, o projeto busca promover a cidadania, a inclusão social e o respeito às leis, contribuindo para a construção de um futuro mais promissor para a comunidade.

Acreditamos que o investimento neste projeto terá um retorno positivo para a sociedade, através da redução da criminalidade, do aumento da segurança pública e da formação de cidadãos conscientes e engajados na construção de um país melhor.

Bujari/AC, 1º de janeiro de 2023.

Documento assinado digitalmente  
 **BRUNO COELHO OLIVEIRA**  
Data: 22/08/2024 12:02:46-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Bruno Coelho Oliveira  
Delegado de Polícia



## ANEXO I

### FOTOS DOS EVENTOS E TREINAMENTOS

























